Biblioteca Nacional
Serviço de Depósito Legal
Largo Biblioteca Pública
LISBOA - 2
2 ex.

Semanário provincial

JORNAL do ALGARVE

FUNDADOR: JOSÉ BARÃO • DIRECTOR: ANTÓNIO BARÃO

ANO 18.º • SÁBADO, 1 DE MARÇO DE 1975 • AVENÇA • N.º 936

A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS DO ALGARVE

PROPRIEDADE — V.ª e HERD.º DE JOSÉ BARÃO • OFICINAS: EMPRESA LITOGRÁFICA DO SUL, S. A. R. L. — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO BRASIL, 48 — VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — TELEF. 254 • LISBOA — TELEF. 361839 • FARO — TELEF. 22322 • AVULSO 2$50

O INQUÉRITO DO JORNAL DO ALGARVE AOS MUNICÍPIOS DA PROVÍNCIA

«Habitação, com especial interesse para a de tipo social. Remodelação completa do Bairro Jara. Assegurar o abastecimento de água à cidade e aos aglomerados populacionais que já dispõem de rede. Construção das redes de abastecimento de água e esgotos em todos os aglomerados de mais de cem habitantes»

Eis algumas das principais aspirações formuladas para o seu concelho pelo sr. José António dos Santos, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira

PARECE-NOS aproximar-se do término, não por nossa vontade, mas decerto por excesso de afazeres ou outros impedimentos de parte apreciável daqueles a quem nos dirigimos, o Inquérito que há semanas levámos junto dos presidentes das Comissões Administrativas dos Municípios algarvios. Nele registámos até agora os depoimentos dos presidentes das Câmaras de Alcoutim, Vila Real de Santo António, Lagos, Castro Marim, Faro e Tavira que, por nosso intermédio, puderam transmitir aos seus munícipes e, de um modo geral, a grande número de algarvios, num momento da vida do País que se nos afigura transcendente — e daí a razão do próprio Inquérito — os seus principais anseios com vista ao progresso dos concelhos que representam, tudo o que num curto espaço de tempo lhes foi possível realizar, o muito que esperam ver feito e a forma que para isso se lhes afigura mais viável.

O sr. José António dos Santos, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Tavira e nosso inquirido de hoje, deu as seguintes respostas às perguntas que lhe pusemos:

— Como encontrou, ao tomar posse, os diversos serviços da Câmara Municipal a cuja Comissão Administrativa preside?

— O recenseamento eleitoral forneceu-nos elementos que nos ajudam a compreender melhor o estado deplorável em que se encontram os serviços públicos do nosso País. Estruturar para uma população cujo volume se ignora, é o mesmo que ir à praça comprar os mantimentos para o almoço sem saber quantas pessoas almoçam. Exemplo flagrante deste descalabro é a construção do metropolitano de Lisboa, em que as estações, passado um ano, não tinham capacidade para os passageiros, e a rede telefónica, cujas linhas, completada a obra, não comportavam os telefones já requisitados. Quer-nos parecer, pelo que nos tem sido dado observar, que tudo isto tenha um propósito cuja explanação não cabe neste inquérito.

«Quanto aos serviços desta Câmara, a sua gama ou, falando numa linguagem mais actualizada, o seu leque é tão variado, que seria necessária uma resposta para cada um deles, tanto os Serviços Municipalizados — água, lixo e esgotos — que têm uma autonomia quase completa com obediência a um conselho de administração próprio (e digo quase completa porque as dívidas paga-as a Câmara), até aos serviços eléctricos, dirigidos por Faro, passando pelos da Câmara propriamente ditos, valem na medida da capacidade de quem os orienta. E se atentarmos que essas pessoas nem sempre se guindaram aos lugares de chefia por mérito próprio e até, às vezes, por desmérito, poderemos então fazer uma ideia, embora pálida, do que elas valem e portanto do seu estado.

«O fascismo criou uma falsa escala de valores que nós não devemos nem podemos aceitar sem graves prejuízos. É uma injustiça a que constantemente assistimos e que agora se avoluma e agrava com as actualizações dos vencimentos, o pagamento de reduzidos salários a funcionários aptos, de re-

(Conclui na 6.ª página)

TEMAS EM DEBATE

UM APELO AO TRABALHO NO SECTOR DO ENSINO

Há uma nova onda de agitação nos meios estudantis. Depois do problema do Serviço Cívico, que está longe ainda de ter encontrado uma solução de agrado para a maioria dos alunos, os liceus e os mais jovens discutem agora a lei sobre a avaliação de conhecimentos, devido à necessidade de obter 12 ou 14 valores nas classificações para dispensa de exame, contrariando a disposição do primeiro Governo Provisório que exigia apenas 10 ou 12 valores.

Este despacho do M. E. C. foi o suficiente para fazer desencadear a onda de protestos, reuniões e greves no meio liceal, o que provocou imediatamente tomadas de posição. O Ministério acentuou a transitoriedade do primeiro despacho exarado em período de verdadeira excepção, ameaçando os alunos com medidas bastante severas; por outro lado, determinados movimentos políticos condenaram os grevistas pela sua atitude de desobediência, no momento actual.

Há em todo este processo um verdadeiro desencontro de critérios, entre a actual direcção do Ministério da Educação e Cultura e a primeira que deu todas as facilidades aos estudantes. É absolutamente evidente que estes pretendem sempre uma vida cada vez mais fácil, mostrando-se dispostos a reagir às disposições que contrariem esse critério. Esquecem-se, no entanto, que desde o 25 de Abril, o seu sector tem sido um dos mais prejudicados pela agitação e pelas divergências devido à pesada herança do regime fascista, que há muitos anos vinha arrastando a Educação por soluções de emergência agravadas de ano para ano.

De certo modo, o actual critério do M. E. C. é uma chamada dos estudantes aos seus deveres e à vida escolar de onde têm andado muito afastados. É evidente que não deve ser posta em causa a avaliação de conhecimentos em termos de 10 ou 12 valores, em virtude do mau aproveitamento do ano lectivo em curso, mas alunos e professores têm de se compenetrar da enorme despesa que está em jogo com o ensino e que, num momento em que o País precisa de todas as suas energias para subsistir, qualquer movimento grevista é ruinoso e prejudicial. Há pois que evitar este caminho e encontrar na decisão do M. E. C. um duro mas necessário apelo para que o estudo se faça a sério e dentro de um domínio das realidades que nos cercam: trabalhar em pleno e conscientemente. — M. B.

Panorâmica de Tavira

NOTA da redacção

UM certo clima de apaziguamento e harmonia tem de verificar-se neste período que precede o acto eleitoral, um escasso mês e meio. Ou antes, deveria verificar-se, porque não é essa a realidade.

Neste tempo pré-eleitoral, em que todos ansiamos por uma atmosfera esclarecedora sob o ponto de vista político, o que não quer dizer perturbada, nem adormecida em matéria de debates. Bem pelo contrário: o que esperamos é ver pôr os pontos nos is, tirar dúvidas a quem as tem e cada responsável político encontrar a melhor forma e mais clara para apresentar o seu programa. Isto dentro do respeito mútuo que deve caracterizar uma sociedade democrática e livre.

Mas não é bem isso que vemos à nossa volta. Constantemente, encontramos políticos não só em posições divergentes, mas também intransigentes, insultando-se, sem respeito pelas ideias alheias, até, pelo contrário, pretendendo minimizá-las e comprometê-las em estranhos enredos e difíceis tramas.

A propaganda que se impõe nesta época devia ter limites deontológicos, ou seja, nunca atingir o campo do rival, ser sempre construtiva e nunca destrutiva. De outro modo, nunca mais se acaba de questionar, é um «lavar constante de roupa suja». Um partido publica um comunicado atingindo outro agrupamento político; este sente-se na obrigação e no dever de responder com comunicado idêntico; e assim por diante. Acontece que os ânimos se azedam e facilmente entramos num processo de luta aberta em que tudo pode ser permitido, desde as ameaças aos ataques pessoais e aos assaltos a instalações partidárias.

Esperamos que um clima de responsabilidade e de bom senso acabe por se impor, o que só virá a beneficiar a afluência às urnas e o próprio acto eleitoral. Porque, entretanto, os partidos indicam os seus candidatos à Constituinte e, no fundo, é nestes nomes de maior ou menor prestígio democrático e político que cada um vai votar. As eleições são da maior importância para o futuro deste País e não devem ser sabotadas por pequenas divergências locais e partidárias. Cada um ao votar deve afastar definitivamente toda a hipótese de um regresso ao fascismo e dar a sua contribuição para que um regime livre e democrático se imponha em Portugal.

NESTE TEMPO PRÉ-ELEITORAL

Foi inaugurado em Albufeira o monumento a Samora Barros

COM o descerramento do busto de mestre Samora Barros, concretizou-se a homenagem pública de Albufeira a um dos seus mais ilustres filhos. Professor, poeta e pintor, Samora Barros foi, sobretudo, um cultor do belo e um amante do seu Algarve. Pintor algaravista por excelência, deixou trabalhos em que passam figuras e paisagens da terra sulina. Um outro artista albufeirense, o escultor Raimundo Aragão foi o autor do busto, que foi descerrado por uma neta do homenageado. No acto, que registou a presença de muito público, usaram da palavra os srs. Filipe Cruz, em nome da comissão promotora, Romeu Santa Clara Brito, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Albufeira e por fim o dr. Joaquim Magalhães que leu um estudo sobre a vida e a obra de mestre Samora Barros.

pelo dr. MATEUS BOAVENTURA

DEVEMOS RESPEITAR OS DIREITOS DE ASILO POLÍTICO

OS direitos humanos continuam a não ser respeitados depois do 25 de Abril. É lamentável mas é verdade. Recentemente, um estudante espanhol opositor ao regime franquista conseguiu refugiar-se em território português, mas a Guarda Fiscal entregou-o às autoridades do seu país. Procede-se a um inquérito oficial cujos resultados, por enquanto, se desconhecem.

Pois bem, agora, na fronteira de Moçambique, perto de Vila Manica, sucedeu outro caso grave. Um banqueiro inglês, detido em Salisbúria por divulgação de planos rodesianos para sabotar as sanções económicas da ONU, evadiu-se e procurou refúgio em Moçambique. Do posto de Vila Manica conseguiu telefonar ao cônsul britânico

(Conclui na 3.ª página)

A IMPORTÂNCIA DO VOTO

pelo dr. Afonso Castro Mendes

VAMOS votar, leitor amigo. O voto é um dever cívico, assim diz o n.º 1.º do art.º 84 do Dec. Lei n.º 621 — C/74, de 15 de Novembro. E, salvo motivo justificado pelo juiz de direito, determina sanções civis (ineligibilidades) e, em minha opinião, também multa de mil a dez mil escudos culmina, pelo art. 161 do citado diploma, a falta de seu exercício. Vamos, pois votar. Mas vamos votar PELA NOSSA CABEÇA e não porque naquele partido vai votar o fulano e ele «sabe disto». Vamos votar de acordo com aquilo que quisermos. Portanto, o primeiro e indispensável exercício pré-eleitoral, é um cuidadoso e consciencioso exame do que TU, leitor amigo e eleitor, quiseres. E lembra-te que o teu querer não se há-de confinar às quatro paredes de tua casa (se fores mulher) ou à tua vila, freguesia ou mesmo a ti próprio. Tens de pensar a nível nacional. Tens de te esforçar por sacudir os teus problemas puramente pessoais ou vincadamente regionais, para te perguntar a ti próprio qual a solução que convém mais *ao País*. Se te preocupas unicamente em votar num partido só porque ele te promete melhor salário, então, estás a vender o teu voto, não propriamente a votar. E se votas num partido só porque ele te prometeu arranjar o chafariz da tua praça, então estás a pensar ainda e só em ti e não nos interesses do País.

Eu sei que é difícil pensar a nível nacional para quem só a medo se atrevia a pensar a nível egoísta ou regional. Mas faz um esforço, que vale grandemente a pena. Vai às sessões de esclarecimento, ouve o que dizem os partidos, TODOS os partidos. E depois pensa e vê o

(Conclui na 3.ª página)

LIBERDADE, SIM! MAS NÃO PARA OS FASCISTAS!

por Antero Vila Nova

NUNCA participei em manifestações de violência. Nem atentei contra a vida, o pudor, o respeito, a dignidade humana dos meus patrícios, ou de quem quer que fosse. Apenas por ter pertencido ao Partido Comunista Português, na luta clandestina contra o criminoso fascismo-salazarismo, fui preso, torturado, julgado e condenado. Além das negregadas «medidas de segurança» (aplicadas pela primeira vez na farsa do julgamento dos tribunais especiais políticos, em que me vi enleado com cerca de meia centena de meus comprovincianos), aplicadas ainda como ensaio geral, de liberdade vigiada durante quatro anos, além dos anos de «prisão maior, na alternativa de anos de degredo», tive ainda o castigo da perda de direitos políticos (eu, que nunca os conheci!) por 15 anos!

Agora, com a revolução do 25 de Abril, confirmada em 28 de Setembro, em que o M. F. A., imediata e inteiramente apoiado pelo Povo, lavou a face da vergonha do nosso Portugal, o reverso da medalha não se deu. Ou, pelo menos,

(Conclui na 6.ª página)

A saúde é a maior riqueza

ANTIBIÓTICOS

Não dê a seu filho antibióticos sem orientação médica. Não basta saber que a estreptomicina, a terramicina ou a cloromicetina são remédios fabulosos. É preciso saber empregá-los. Há alguns que têm acção numa determinada doença ou certos doentes, e não fazem nenhum efeito noutros pacientes ou em determinadas moléstias.

Não faça de seu filho uma cobaia de experiências leigas.

5 MAR. 1975

TERRENO Algarve

Compra-se próximo de Praia com bom acesso. Indicar local, área e preço a

A. J. Wansink

HOTEL ALBACOR — FARO

CORREIO de LAGOS

A OBRA DA SAAL APRECIADA PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

Lagos teve no domingo a honrosa presença de entidades que se interessam pela solução do problema habitacional, sendo-nos grato registar a satisfação do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo pelo que constatou junto ao Forte da Meia Praia, onde novos e velhos, que ali têm vivido em barracas, trabalham para dentro em breve poderem ter habitações, não diremos de luxo, mas com as condições de conforto e salubridade indispensáveis a qualquer ser humano. Constou-nos que um delegado da O. N. U. também se inteirou das obras em curso, ficando agradavelmente impressionado, o que nos anima a incitar os obreiros a prosseguir se possível em ritmo mais acelerado, porque tempo é dinheiro, e aproveitá-lo bem representa riqueza.

MAIS UMA VOZ DO CONCELHO DE LAGOS NO NOSSO JORNAL?

As «Notícias de Barão de S. João», da autoria de Deodato Santos, insertas no *Jornal do Algarve* do dia 22, deram-nos esperanças de mais uma voz a defender no jornal os interesses do concelho de Lagos.

Deodato Santos, integrado no jornalismo e presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João, está indicado para alertar sobre o que na povoação mais impressiona os que a visitam, e assim é de esperar que se debruce sobre o arranjo dos arruamentos, esburacados há meses com vista à canalização de água, e que é de admitir possam ser reparados desde já.

A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS FRUTICULTORES DE LAGOS EM ACÇÃO

Está marcada para amanhã, às 15 horas uma reunião na nova sede no Rossio de S. João, com vista a serem conhecidas as contas de 1973 e 1974 e à eleição dos novos corpos gerentes, que se confia venham a ser os organizadores da Cooperativa Agrícola dos Concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo.

Oxalá muitas presenças se verifiquem para escolha que garanta Cooperativa digna de tal nome.

Joaquim de Sousa Piscarreta

Dr. Diamantino D. Baltazar

Médico Especialista

DOENÇAS E CIRURGIA

dos Rins e Vias Urinárias

Consultas às segundas, quartas e sextas-feiras a partir das 15 horas

Consultório:

Rua Baptista Lopes, 30-A - 1.º Esquerdo

FARO

Telefones { **Consultório 22013** / **Residência 24761**

Apoio do Governo na construção de fogos habitacionais

O arq. Nuno Portas, secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, presidiu na Casa da Cultura em Lagos a uma reunião promovida pelo S. A. A. L. (Serviço de Apoio Ambulatório Local), daquela cidade. Assistiram à reunião, além dos membros da S. A. A. L., o comissário do Governo para o Gabinete de Desenvolvimento Económico do Algarve e membros das Comissões Administrativas de oito Câmaras Municipais do Distrito, interessados na solução do problema habitacional dos seus concelhos através do processo S. A. A. L.

A reunião de Lagos visou, sobretudo, apresentar os trabalhos já efectuados ou em fase bastante adiantada, e demonstrar como, através deste processo, com a participação activa das populações interessadas e o apoio técnico e económico do Governo, se pode caminhar para uma solução do problema habitacional.

Em Lagos, existem presentemente, as associações de moradores «25 de Abril» e «1.º de Maio», as quais, constituídas na sua maior parte por pescadores, estão a proceder à construção dos respectivos blocos habitacionais.

Desta maneira, houve uma ampla e frutuosa troca de impressões para a continuidade do processo S. A. A. L. e sua adaptação a outros concelhos do Algarve interessados em colaborar activamente na solução do problema. Foi sobretudo apontada a necessidade de uma política urbanística nos concelhos em que as Câmaras Municipais disponham de terrenos para oferecer às populações com vista à construção das suas casas, e a correlação entre o problema da habitação e o problema do urbanismo.

ALUGA-SE

Na Praia da Rocha apartamento mobilado. Ao mês ou ao ano.

Dirigir ao telef. 24617 — PORTIMÃO.

Distinguidos 42 empregados no Hotel da Balaia

Em cerimónia presidida pelo sr. Fernando Marques Ferreira, presidente da direcção do Sindicato dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito, foi assinalado o 7.º aniversário do Hotel da Balaia, sendo entregues emblemas e certificados a 42 trabalhadores que completaram cinco anos de serviço. Abriu a sessão o sr. René Moussault, director do hotel que se congratulou pelo elevado número de trabalhadores que tinham completado cinco anos ao serviço da empresa e se referiu às modificações operadas durante o ano findo. Apontou ainda o mau resultado da exploração hoteleira no mesmo ano e as perspectivas pouco favoráveis para o ano corrente, mas disse que se esperava um início de recuperação em 1976. Entregues os certificados e emblemas, usou da palavra o sr. Van Hoogstraten, cidadão holandês e primeiro cliente do Hotel da Balaia, que com sua mulher passa todos os anos um mês de férias a quando do aniversário do hotel, que consideram «sua segunda casa». Agradeceu o bom ambiente que quantos ali trabalham proporcionam aos clientes, formulando votos para que a crise do sector turístico seja debelada rapidamente.

Encerrou a sessão o sr. Marques Ferreira que felicitou quantos haviam recebido emblemas e certificados e a direcção do hotel pela iniciativa de distinguir os seus colaboradores, formulando votos de sempre maior profissionalismo e bom ambiente de trabalho.

Demonstre o seu carinho com prendas «CARAVELA»

CARAVELA 1 2

Vila Real de Sto. António

do alto da torre

Para a infância

ESTAMOS na hora em que finalmente a infância começa a ser considerada neste País. Mormente a primeira infância, está a ser alvo de um justificado e necessário interesse, impondo-se toda a execução de um plano para a concretização das medidas convenientes.

Assinalamos, entretanto, os esforços efectuados quer pela Junta de Freguesia, como por um grupo de jovens, no sentido de dotar a Fuseta com um parque infantil e um possível jardim-escola, ou similar, para os fusetenses mais pequenos.

Oxalá estes propósitos tenham o melhor apoio e colaboração de todos, na construção de obras que o são para o futuro e com o pensamento numa Fuseta melhor.

DA FUSETA PARA A EUROPA

Tem sido um lídimo representante da «noiva branca do mar» o Rancho Folclórico do Sport Lisboa e Fuseta que através das múltiplas actuações em todo o País tem propagandeado o nome desta terra e do Algarve. Chegou agora a hora da sua internacionalização ou seja o momento em que Otílio Dourado e seus companheiros vão levar à Europa as danças e cantares da província do Sul. Nas importantes feiras de turismo que se desenrolam de 1 a 16 de Março em Berlim, Bruxelas e Lausanne a sua presença no pavilhão «Algarve» será um pouco da nossa música e cantares, numa embaixada de animação e alegria. O Algarve, turisticamente propagandeado pelo Rancho Folclórico da Fuseta, é um capítulo novo na história deste grupo.

João Leal

Engenheiro Técnico Civil

Aceita alvará, part-time, full-time, direcção ou fiscalização de obras.

Resp. a Rua Actor Nascimento Fernandes, 54 — FARO.

O 25 de Abril visto pelas crianças

O Centro Cultural da Primeira Infância, de Loulé, promove «O 25 de Abril visto pelas crianças», iniciativa destinada a obter a materialização, em trabalhos de modelagem, do histórico Movimento que libertou o País da ditadura fascista. Podem concorrer crianças até aos 12 anos.

Promoção do turismo algarvio no Canadá

De 18 a 21 do próximo mês, desloca-se ao Algarve um grupo constituído por 14 directores de agências de viagens do Canadá, que vêm familiarizar-se com as potencialidades turísticas do Algarve. Esta viagem é uma iniciativa da Sovereign Enterprises Holidays e da British Airways.

ALUGA-SE em Vila Real de Santo António

Apartamento para 5 pessoas, pronto a funcionar, com r/c e junto a supermercado e café. Tratar pelo telef. 313 de Vila Real de Santo António.

AGENDA

Ecos

Partidas e chegadas

Passou férias em Vila Real de Santo António, tendo regressado à Alemanha o nosso assinante sr. João Fernandes Vaz Velho.

= Está a férias na Junqueira (Castro Marim), o nosso assinante na Alemanha sr. Justino José Francisco Sebastião.

Farmácias

DE SERVIÇO

Em *ALBUFEIRA*, hoje, a Farmácia Piedade; e até sexta-feira, a Farmácia Alves de Sousa.

Em *FARO*, hoje, a Farmácia Oliveira Bomba; amanhã, Alexandre; segunda-feira, Crespo Santos; terça, Paula; quarta, Almeida; quinta, Montepio e sexta-feira, Higiene.

Em *LAGOS*, a Farmácia Ribeiro Lopes.

Em *LOULÉ*, hoje, a Farmácia Pinheiro; amanhã, Pinto; segunda-feira, Avenida; terça, Madeira; quarta, Confiança; quinta, Pinheiro e sexta-feira, Pinto.

Em *OLHÃO*, hoje, a Farmácia Progresso; amanhã, Olhanense; segunda-feira, Ferro; terça, Rocha; quarta, Pacheco; quinta, Progresso e sexta-feira, Olhanense.

Em *PORTIMÃO*, hoje, a Farmácia Moderna; amanhã, Carvalho; segunda-feira, Rosa Nunes; terça, Dias; quarta, Central; quinta, Oliveira Furtado e sexta-feira, Moderna.

Em *TAVIRA*, hoje, a Farmácia Central; amanhã, Franco; segunda-feira, Sousa; terça, Montepio; quarta, Aboim; quinta, Central e sexta-feira, Franco.

Em *VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO*, a Farmácia Carmo.

Cinemas

Em *ALMANSIL*, no Cinema Miranda, hoje, «Chamam-me Aleluia»; amanhã, «Os malucos no supermercado»; terça-feira, «Ao 3.º dia chega o corvo»; quinta-feira, «Ferido na honra».

Em *LAGOS*, no Teatro Cinema Império, hoje, «O pistoleiro designado por Deus»; amanhã, em matinée, «Pipi nos mares do sul» e em soirée, «Porque morre o nosso amor?»; terça-feira, «O magnífico»; quarta-feira, «A vingança é o meu perdão»; quinta-feira, «Bela, rica, com pequeno defeito físico, procura cavalheiro»; sexta-feira (teatro) «Avenida da Liberdade».

Em *LOULÉ*, no Cine-Teatro Louletano, hoje, «O espadachim da capa negra»; amanhã, «Núpcias vermelhas»; terça-feira (teatro), «Avenida da Liberdade»; quinta-feira, «Uma espada para um Império».

Em *PORTIMÃO*, no Cine-Teatro, hoje, «3 super-homens na selva»; amanhã, em matinée, «Pipi nos mares do sul» e em soirée, «Estado de sítio»; segunda-feira, «O homem da vingança»; terça-feira, «Simão, o engatatão»; quarta-feira, «A rainha do Karate»; quinta-feira (teatro), «Avenida da Liberdade»; sexta-feira, «O passageiro da chuva».

Em *SILVES*, no Cine-Teatro Silvense, hoje, «Chamam-me Aleluia»; amanhã, em matinée e soirée, «O último tango em Zagarol»; terça-feira, «Milão escaldante»; quinta-feira, «Doce vida em Roma»; sexta-feira, «Túmulo de sangue».

Em *VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO*, no Cine-Foz, hoje, «Cidade violenta»; amanhã, «Amigos»; terça-feira, «Missão impossível»; quinta-feira, «O delicadinho no Oeste».

Televisão

Algumas rubricas que poderá ver no 1.º Programa da R. T. P.:

Hoje, às 13,45 horas, «A pedra branca»; 14,50, «Raptor de raparigas e falso major»; 16,20, Eurovisão, final da Taça de Inglaterra em futebol; 19, «Manhã»; 20,45, noite de cinema, «O mundo a seus pés».

Amanhã, 13,45, «Wickie, o Vicking»; 14,10, «Dó, lá, si»; 14,40, tarde de cinema, «Beau James»; 17,30, TV rural; 18, Basquetebol; 19,15 «Diário de um professor»; 20,30, Teledomingo.

Segunda-feira, 13,45, «A minha grande aventura»; 20,45, «A lenda do alcaide de Zalamea».

Terça-feira, 12,45, «Laurel & Hardy»; 13,45, «Dominic», série filmada; 20,45, «Onde está Zaza?»; 21,45, especial eleições.

Quarta-feira, 12,46, «Bozo, o palhaço»; 13,45, «O mundo secreto de John Monroe»; 19,255, «Há só uma terra»; 20,15, Propaganda eleitoral; 21,15, Nicolau no país das maravilhas e «Vamos desafinar».

Quinta-feira, 12,46, «Chapi-Chapo»; 13,45, «Pollyanna», série filmada; 20,45, o grande amor de Balzac; 21,45, especial eleições.

Sexta-feira, 12,55, Stop — problemas de trânsito; 13,45, «Jamie»; 21,15, «Os inquéritos do comissário Maigret».

Necrologia

D. Custódia de Jesus Vieira

Em Alcantarilha-Gare, de onde era natural, faleceu a sr.ª D. Custódia de Jesus Vieira, de 91 anos, viúva de José Vieira Jacob. Era mãe da sr.ª D. Adélia de Jesus Cabrita, viúva de Salvador Santos Sustelo e dos srs. António Vieira de Jesus e João de Jesus Vieira, já falecidos e José de Jesus Vieira, casado com a sr.ª D. Maria Teresa Cabrita Vieira e Manuel de Jesus Vieira, casado com a sr.ª D. Arménia Simões Vieira.

Tinha 12 netos e alguns bisnetos.

José Cabrita Matias

No sítio da Nora (Messines), faleceu o sr. José Cabrita Matias, de 86 anos. Era casado com a sr.ª D. Inácia de Jesus Matias e pai das sr.ªs D. Maria Antónia Cabrita Matias e D. Emília Cabrita Matias e dos srs. dr. Manuel Cabrita Matias, já falecido, José Rodrigues Matias, casado com a sr.ª D. Adelaide Mascarenhas e Joaquim Rodrigues Matias, residente no Porto.

O funeral, que se realizou para o cemitério de Messines, após missa de corpo presente, constituiu sentida manifestação de pesar.

D. Maria João Duarte Rolão

Faleceu em Faro a sr.ª D. Maria João Duarte Rolão, de 60 anos, natural de Olhão, que deixa viúvo o sr. Bernardino Rolão. Era mãe do sr. António Orlando Duarte Reis, casado com a sr.ª D. Maria Celeste Caiado Reis; avó da sr.ª D. Elsa Maria Caiado Reis Galvão de Castro, casada com o sr. António Galvão de Castro e do sr. Orlando António Caiado Reis; irmã da sr.ª D. Maria Fernanda Dionísio, casada com o sr. Salvador Dionísio; e cunhada da sr.ª D. Maria Luísa Rolão Pires, casada com o sr. António Pires Júnior.

José Madeira

Em Vila Nova de Cacela, de onde era natural e onde residia, faleceu o sr. José Madeira, de 69 anos, casado com a sr.ª D. Rita de Jesus Castanheira. Era pai das sr.ªs D. Zulmira Castanheira e D. Áurea Mateus e do sr. Faustino Nascimento Madeira; sogro da sr.ª D. Fernanda da Conceição Madeira e dos srs. Manuel Assunção Rodrigues Martins e José Vitorino Mateus; e avô dos srs. Luís Filipe Cardoso Madeira e José Aníbal Cardoso Madeira e dos meninos Manuel José Martins e Faustino e Helena Madeira.

As famílias enlutadas apresenta o *Jornal do Algarve*, sentidos pêsames.

Lotas

De 18 a 25 de Fevereiro

QUARTEIRA

Artes diversas . . 285 040$00

VILA REAL DE STO. ANTÓNIO

✝

Missa do 30.º dia do seu falecimento

D. ANTÓNIA VIEGAS ROSA

A família participa que será celebrada missa na igreja de N. S. da Encarnação, em Vila Real de Santo António às 12 horas do próximo dia 8, agradecendo desde já a quem se dignar assistir a tão piedoso acto.

S. BRÁS DE ALPORTEL

AGRADECIMENTO

JOSÉ LOPES ROSA DA PONTE

Sua esposa Maria da Purificação Celeste Pontes, sua filha Maria Margarida Sancho da Ponte, seus irmãos Luciano Lopes da Ponte, dr. António da Ponte Lopes, Júlia da Ponte Monteiro e outros familiares, agradecem comovidos a todos que se incorporaram no préstito fúnebre ou que de algum modo se interessaram pela evolução da doença do seu saudoso extinto.

VILA NOVA DE CACELA

AGRADECIMENTO

JOSÉ MADEIRA

Sua família, vem por este meio agradecer a todas as pessoas que manifestaram o seu pesar e acompanharam o saudoso extinto à última morada e participam que no próximo dia 3 mandam celebrar missa pelo seu eterno descanso às 10 horas na igreja de Vila Nova de Cacela.

AGRADECIMENTO

DOMINGOS DIAS NETO JÚNIOR

A família do saudoso Domingos Dias Neto Júnior, vem por esta forma manifestar a sua profunda gratidão a todas as pessoas que de qualquer forma o acompanharam no profundo desgosto que recentemente sofreu.

Aproveita a oportunidade para informar que será celebrada missa no dia 7 de Março pelas 18 horas na igreja da Misericórdia, em Faro, agradecendo desde já a todas as pessoas que com a sua presença se dignem honrar o piedoso acto.

✝

1.º ano de eterna saudade

ANA GREGO HORTA

Seu marido, filhos, noras, genro, e netos, mandam celebrar missa do 1.º aniversário por alma da querida esposa, mãe, sogra e avó, no dia 2 de Março, às 10 horas na Capela dos Olivais-Sul em Lisboa, agradecendo desde já a todos os que se dignarem assistir a este piedoso acto.

P. N. — A. M.

INGRA - Indústrias Agrícolas, S.A.R.L.

SEDE: AREIAS, PORCHES, LAGOA

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Srs. Accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade na Avenida da República, n.º 83-2.º, em Lisboa, no dia 20 de Março de 1975, pelas 10 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1974;

2.º — Proceder a eleições para os lugares vagos nos Corpos Sociais.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1975

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Dr. João José de Oliveira Neves Duque

Casa Agrícola Solear, S.A.R.L.

SEDE: AREIAS, PORCHES, LAGOA

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Srs. Accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade na sua sede social sita em Areias, Porches, Lagoa (Algarve), no dia 21 de Março de 1975, pelas 17 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1974;

2.º — Proceder a eleições para os lugares vagos nos Corpos Sociais.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1975

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Eng.º Joaquim Dias Cardoso

Carta de um soldado

Minha mãe:
Eu vou prà guerra.
Mas, de guerras, não sei nada.
Que farei, em estranha terra,
tão longe da terra amada?

Mãe, nem sei o que farei.
Sou, por de mais, infeliz.
Forçam-me a tudo que eu sei
não ser aquilo que quis.

E penso, às vezes, sozinho,
na mais funda solidão,
que não é esse o caminho
que quis pra mim. Não é, não.

Mandam-me prà guerra, Mãe.
Mas, de guerras, nada sei.
Que farei se mais alguém
pensar como eu? Que farei?

A nossa terra é que é nossa
— a dos outros, não é, não.
Fugirei, assim que possa.
Não mato homens, sem razão.

Quem é que manda na guerra?
Porque a fazem? Com que fim?
Tão longe da nossa terra,
a guerra é coisa ruim.

E é por isso que eu presumo
ir contra a minha razão.
E em perguntas me consumo:
—Não? Sim? Não? Sim? Não?

Levam-me prà guerra, Mãe!
Mas, de guerras, não sei nada.
Que farei, em estranha terra,
tão longe da terra amada?

Vou contra a minha vontade.
E eu bem sei o que farei:
— Deserto prà liberdade!
Fugirei, sim! Fugirei!

Se alguém me chamar cobarde,
saibas, Mãe, que assim não é.
A guerra é coisa ruim,
Mãe. Adeus. Beijos do Zé.

Paris, 6-1-67

A. Vicente Campinas

JANELA DO MUNDO

(Conclusão da 1.ª página)

na Beira, que obteve da polícia fronteiriça a promessa de conservarem McIntosh até à sua chegada. Horas depois, o diplomata chegava à fronteira mas o fugitivo já tinha sido entregue às autoridades rodesianas e recambiado. Londres investiga, procede-se a um inquérito, mas as primeiras notícias são concludentes: faltando ao combinado pelo telefone com o cônsul inglês, os polícias moçambicanos entregaram o fugitivo aos seus colegas rodesianos.

Qualquer destes casos — o do estudante espanhol e o do banqueiro britânico — seriam normais no tempo do fascismo, a ponto de nem sequer se verificarem nessa altura pois o resultado era evidente. Mas após o 25 de Abril é que não se compreendem decisões como as tomadas pelas autoridades fronteiriças, pois qualquer dos atingidos tinha problemas políticos no seu país, onde subsistem regimes bem longe da nossa democracia actual. É evidente que o 25 de Abril não chegou ainda a todas as camadas da população nem a todas as regiões do país (aqui tanto faz ser Portugal como Moçambique). Continua a actuar-se sem respeito pelos direitos humanos e pelos ideais políticos, persiste a mentalidade policial e de denúncia em alguns sectores.

Há cerca de um mês, um emigrante português que regressava de automóvel a França depois de passar o Natal com a família, foi interpelado e preso na fronteira espanhola por ter literatura «subversiva», ou seja, jornais e livros políticos comprados abertamente em Portugal. O nosso emigrante esteve quase um mês preso em Espanha até que as autoridades portuguesas conseguiram intervir e libertá-lo quando ele já corria o risco de perder o emprego em França. Este era o critério seguido, também, no nosso País antes do 25 de Abril, mas a Revolução fez-se precisamente para acertar o que está mal. Não vamos nós continuar a actuar como ainda hoje se faz em Espanha e na Rodésia, esquecendo os direitos de cada um, ignorando os problemas políticos existentes naqueles países e as perseguições aos adversários dos regimes no poder. A nossa fronteira deveria ser um porto de abrigo para casos daquele género e não uma espécie de armadilha. Há que rever muitas ideias sobre os contactos com os países vizinhos de regime ditatorial e ensinar os responsáveis nos postos fronteiriços a não tomar decisões irreparáveis que podem até comprometer a nossa actual imagem política.

Mateus Boaventura

Agendas e calendários

Enviaram-nos artísticos calendários e agendas para o ano em curso, gentileza que agradecemos, a Lorilleux-Lefranc; Pasta Medicinal Couto; C. Lopes & C.ª, Lda.; Tintalusa, S. A. R. L. e Banco Fernandes Magalhães.

POEMA

Nesta terra em que eu vivo,
há um homem,
que tem um cão,
que tem um carro.
Há um homem que não tem cão,
que não tem carro.
Há um cão, um carro, um homem,
nesta terra em que eu vivo,
há homens com barba,
há teatros,
há música,
há barulho,
HÁ HOMENS CALADOS,
que passam,
e os outros (que falam) olham-nos,
[dizendo:
São doidos!

16-2-74

Jorge Soeiro

A. Amândio de Oliveira

MÉDICO ESPECIALISTA

DOENÇAS DA BOCA E DENTES

Consultas às 2.as, 3.as, 4.as, 5.as e 6.as, às 16 horas, na Avenida S. João de Deus, 46 r/c Esq.º PORTIMÃO — Telef. 2 41 74

Curso de mecanização agrícola no Ameixial

Na Casa do Povo de Ameixial está decorrendo um curso de mecanização agrícola para formação de tractoristas, organizado pela Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, através da Estação Agrária de Tavira.

Sessão integrada no I Festival de Teatro Livre do Algarve

Iniciativa do Grupo de Teatro Lethes, com o apoio da Comissão Regional de Turismo, o I Festival de Teatro Livre do Algarve tem possibilitado ao público da Província o contacto com alguns dos mais válidos agrupamentos teatrais e obras de vanguarda. Na sequência desta iniciativa teremos na segunda-feira, no Teatro Lethes, em Faro, a representação da peça «Pide, história da repressão», impressionante documento humano, social e político, baseado nos comunicados emitidos pela Comissão de Apoio aos Presos Políticos e editados em livro pelo «Jornal do Fundão». O festival encerra no próximo dia 8, com a significativa e desejada presença da companhia profissional de Luzia Maria Martins, na peça «Lisboa 72-74», cuja representação fora proibida pela extinta Censura.

Obras de electrificação nos concelhos de Silves e S. Brás de Alportel

Foi prorrogado até 31 de Dezembro do corrente ano o prazo fixado à Federação de Municípios do Algarve para conclusão da obra de electrificação dos lugares de Farrobo e Portela (S. Brás de Alportel) e Madeira, Alvaledes, Lapa, Miões e Taipas (Silves).

Aero Clube de Faro

CONVOCATÓRIA

Assembleia Geral

Em nome do Presidente da Assembleia Geral do Aero Clube de Faro, venho comunicar que no dia 15 de Março corrente, se realiza pelas 20,30 horas na Sede deste Aero Clube na Rua Conselheiro Bivar n.º 50, em 1.ª convocatória e uma hora depois em 2.ª, a Assembleia Geral, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

— Discutir, aprovar ou modificar as contas de Gerência, o relatório anual da Direcção e o parecer sobre ele formulado pelo Conselho Fiscal.

— Eleição de órgãos directivos para o biénio 1975/1976.

Faro, 15 de Fevereiro de 1975

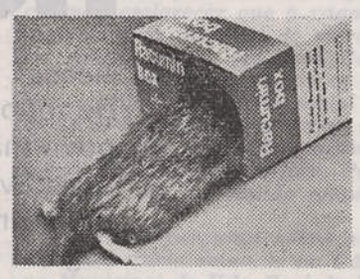
O Secretário-Geral Int.º,

Manuel Cardoso

Este animal é uma ameaça...

destrua-o... já!

Poupá-lo é correr o risco de contaminação pelas piores epidemias, contágios por vezes mortais. Use Racumin! Destrua hoje as pragas de amanhã! Cada casal de ratazanas produz anualmente 860 novos animais que consomem por ano o equivalente a 30.000 quilos de pão! Use já Racumin! Muito mais do que um vulgar raticida, Racumin-isco é morte limpa - e infalível! Irresistivelmente atraído, o rato ingere satisfeito o Racumin-isco, mas só morre passado algum tempo. Assim, os outros ratos nunca são alertados pela sua morte, e vêm também **e sempre** procurar e comer o Racumin.



BAYER ®

Racumin

o mata-ratos infalível

(Leia o rótulo antes de usar)

CUPÃO

O Serviço de Desinfestação/Desinfecção da Bayer está ao seu dispor para o ajudar a resolver qualquer problema. Contacte Lisboa-Telf. 42194-R. Soc. Farmacêutica, 3 Faro-Telf. 26399-R. Brites de Almeida, 43-1.º

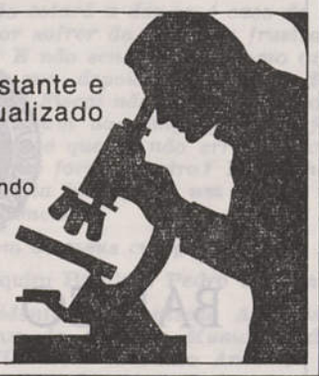
Nome _____

Morada _____

Problema _____

BAYER - estudo constante e constantemente actualizado

1200 cientistas ocupam-se diariamente em todo o mundo da permanente e cuidada actualização tecnológica dos produtos Bayer. Bayer é assim a assinatura da completa e insuperável eficiência.



ARMAZÉM ALUGA-SE

No centro de Portimão, área de 1 400 m2. Trata o próprio, telefone 22495 — Portimão.

UM COMUNICADO DO SINDICATO DOS REGENTES AGRÍCOLAS

Com o pedido de publicação, recebemos da Delegação do Algarve do Sindicato dos Regentes Agrícolas o seguinte comunicado:

Os regentes agrícolas do Algarve, reunidos em 19 do corrente, vêm por este meio informar o público do seguinte:

1 — Em face das prepotências levantadas pela direcção da Estação Agrária de Tavira contra vários regentes agrícolas, em Julho do ano passado, o que impediu a participação destes num programa da E. N., foi pedido imediato levantamento de inquérito à direcção daquele organismo e devidas medidas de saneamento.

São decorridos cerca de 7 meses e, até ao momento, não foi tomada qualquer atitude a nível oficial, no sentido de esclarecer os factos e fazer justiça, donde se conclui que a lei do mais forte continua a prevalecer.

De salientar que, para além deste incidente, alguns dos elementos da direcção daquele organismo estavam comprometidos com o regime fascista que durante 48 anos oprimiu o Povo português.

2 — No seguimento da sua luta, os regentes agrícolas trabalhadores na E. A., conjuntamente com outros trabalhadores, conscientes dos seus direitos, apresentaram uma proposta para a criação de uma comissão directiva ou de gestão, onde fossem representadas todas as classes sócio-profissionais, a qual foi rejeitada pela direcção.

Depois do envio da justa pretensão dos trabalhadores às entidades competentes e, passados que são 3 meses, também não foi obtida qualquer resposta.

3 — Para fazer face às reivindicações dos trabalhadores, os engenheiros agrónomos, em serviço na E. A., reuniram-se durante vários dias —a convocação de quem? —, tendo elaborado um plano de actividades para o organismo, a desenvolver por todos os trabalhadores.

Resolveram, *sem audição de qualquer representante de outra classe sócio-profissional* — exceptua-se o encarregado da chefia dos serviços administrativos, que, pela especificidade da sua actividade, participou em parte da última reunião:

a) Distribuir entre si a chefia das diferentes secções técnicas do organismo.

b) Elaborar um relatório, que apresentaram superiormente, onde dizem das suas reivindicações, e referem como seu o trabalho desenvolvido pelo organismo ao longo da sua existência, esquecendo-se do labor de todas as outras classes sócio-profissionais.

4 — Em face do acima exposto, os regentes agrícolas do Algarve, solidarizando-se com os colegas em serviço na E. A. de Tavira, exigem:

a) Imediato levantamento de inquérito às actividades da Estação Agrária e saneamento da direcção.

b) Distribuição dos cargos de chefia feita por eleição democrática entre todos os trabalhadores.

c) Que cesse toda e qualquer forma de dirigismo de cúpula, por ser um processo degradante e alienante do ser humano.

d) Igualdade de oportunidades a todos os trabalhadores para alcançarem uma melhor formação profissional.

A importância do voto

(Conclusão da 1.ª página)

que prometem eles ao País. Quando fores capaz de comparar o que oferecem os partidos, está certo de que vais fazer uma escolha consciente.

Agora, pergunta: o que quero eu? Estou satisfeito com a mudança operada após o 25 de Abril? Gostaria que as leis que foram feitas continuassem, e até, fossem melhoradas? Entendes que «as coisas devem ser feitas mais lentamente, com muita cautela»? Entendes que nada de bom veio trazer o tal movimento dos capitães e o que queres é que o tempo volte para trás? Em suma, queres andar para a frente, queres marcar passo ou queres andar para trás? Pois, a todos estes desejos, há um partido que promete atender. Mas dirás tu, entre tantos partidos, como consigo eu saber se o que eles prometem é aquilo que eu quero? É relativamente fácil saberes orientar-te adentro de um programa político. Passa por cima do capítulo destinado à educação (todos prometem mais escolas e mais liceus e mais universidades), passa por cima da saúde (todos nos prometem tratar da saúde) e detém-te no capítulo das nacionalizações e da reforma agrária.

Se queres andar para a frente, escolhe um partido que prometa nacionalizar as grandes indústrias e que prometa a terra a quem a trabalha com o suor do seu rosto. Mas se queres marcar passo, escolhe um partido que te prometa reformas prudentes, feitas geralmente na base de reformas fiscais, tributárias.

Finalmente, se queres andar para trás, então escolhe um partido que acentue o respeito devido à autoridade, à ordem, à propriedade privada, à livre iniciativa privada. Compara aquilo que REALMENTE queres, com aquilo que os partidos te oferecem. E depois, mas só depois de comparares todas essas promessas, então e só então podes escolher. Não deves, repito, escolher pela cabeça dos outros e sem comparar todas as promessas que os partidos te fazem. Só depois de comparares podes escolher conscientemente. E aporás a tua cruz no teu boletim com toda a consciência. O que tem grande importância, porque se puseres a tua cruz no sítio certo, podes enterrar o que tu consideras errado. Mas se a puseres no sítio errado, podes enterrar-te a ti.

Afonso de Castro Mendes

Barcos de pesca e recreio à vela e a motor em poliester reforçado com fibra de vidro

Construídos por:

APM R. Convento da Sr.ª da Glória, 25 Telef. 63179 — LAGOS

LANTIS

Sociedade Atlântica de Construções S.A.R.L.

SEDE EM LAGOS

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, convoco a reunir a Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade para o dia 7 de Março de 1975 pelas 16 horas, na Rua Sampaio e Pina, 64 r/c, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Discutir, votar ou modificar o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal relativo à gerência finda em 31 de Dezembro de 1974;

2.º — Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a Sociedade.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1975

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Manuel Marques Palmeirim

AINDA O DIVÓRCIO (e outros considerandos suscitados por esta temática)

NOVA CARTA ABERTA A MONSENHOR PARDAL

por José Lira

Tínhamos ficado com a impressão de que monsenhor Pardal — em virtude do que afirmara — haveria dado por finda esta troca de ideias acerca do problema do divórcio; do, praticamente resolvido, problema do divórcio, uma vez que as conversações do ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, com as entidades competentes, tiveram por parte destas, a compreensão devida. (1)

Porque nos parecera que o tema chegara a um ponto a partir do qual nada mais se poderia extrair, quisemos caminhar na sua peugada e propusemo-nos, igualmente, finalizar a nossa intervenção. Não, porém, sem deixarmos de acentuar melhor o sentido do que se continha nas nossas palavras. Tal facto originou nova achega do sr. cónego, o que, desde logo, motivou mais esta carta aberta.

É evidente, por demais, que a polémica por polémica não conduz a qualquer fruto. Trá-lo-á, sim, quando nela se inserir algo de válido e de justo; pressuposto este inerente àquele.

«Ser» do século passado, como sua rev.ª diz, não tem nada a ver com a incompreensão dos problemas do mundo hodierno. A adaptação aos meios e às épocas é faculdade que cada homem traz dentro de si (de resto, a sua vida adulta processou-se neste século — século XX). Alie-se à capacidade de adaptação, a inteligência, e a pessoa saberá, gradual e gradativamente, acompanhar as mutações e transformações da comunidade — ou sociedade, mais precisamente, uma vez que esta envolve aquela — a que pertence ou em que se encontra inserido.

Posto este preâmbulo, passamos à consideração do que m. Pardal nos enviou, através deste órgão de comunicação.

Torna sua rev.ª a insistir na célebre máxima de Jesus Cristo: «Não separe o Homem o que Deus uniu». Nós continuamos a perguntar-lhe por que razão, até 1940 — ano em que a Santa Sé e a República Portuguesa se comprometeram perante o texto da concordata — o problema do divórcio, respeitante a casais que tivessem celebrado casamento canonicamente, não constituía, por parte das individualidades eclesiásticas, motivo de crítica (e aqueles consórcios tinham via de dissolução civil...)

Perante esse facto, o clero nem sequer se preocupava ou afligia, levemente... Aí, as palavras de Cristo não eram seguidas nem para elas se dava o alerta. Então não possuíam o mesmo valor? Então os ministros da Igreja não clamavam por tal ignomínia?! Então não lhes pesava, na consciência, o existir tal situação? E, hoje, furiosamente, bradam pela não concessão do divórcio?! Onde se encontra a tal «coerência» de que tanto tem falado, monsenhor? Será a totalidade do extracto eclesiástico que mantém essa atitude? Não haverá, dentro do seu seio, espíritos com maior «abertura»? Já indagou, bem, a este respeito?

Os «princípios», m. Pardal, não devem ser irreversíveis, categóricos e dogmáticos, na sua totalidade. Há estados de crise ou rápidas e bruscas mudanças que implicam em que determinados princípios possam ser «flexíveis» ou «elásticos». Ou seja — a base, a essência, subsistindo; mas os acidentes, o acidental, «acomodando-se», quando se verifique necessidade imperiosa de que tal aconteça, no meio social. E a sociedade não é composta por uma só pessoa, mas por um conjunto delas.

No quadro dos filhos de cônjuges desavindos, apela, já, para a «realidade da vida», como lhe fizemos notar, em anterior escrito. Vamos andando bem, monsenhor... Os seus considerandos, de ordem temporal, não têm qualquer justificação. Que nos interessa, neste caso, o que ocorreu com o aparecimento de cólera, no Algarve...?!

A Igreja tem uma função específicamente espiritual, e tão só. Daí que conotações daquele género pequem por inexistência de pontos lógicos de ligação.

Não há «caprichos» nem «prazeres», por parte dos cônjuges, ao submeterem-se a estudos e meditações sérios e profundos, conjuntamente, acerca da rota a dar à sua vida. Ou o sr. cónego julgar-se-á mais experiente e sabedor que toda a gente? Não se coarctem as pessoas, monsenhor! Já o reiterámos tantas vezes! Cada indivíduo tem o direito da escolha de uma via — «boa» ou «má» (Colocamos, entre parêntesis, os dois adjectivos, porquanto a classificação dos seus substratos é questão, ponderosamente, subjectiva).

Por mais tratos que demos à imaginação, não podemos compreender como consegue aliar «mau ambiente familiar» (o qual poderia desaparecer com o divórcio), influenciador e fautor de tantos traumatismos — fonte directa de muitas «marcas» pela vida fora, no âmbito psicológico, «diminutivas» das pessoas —, a uma relação de permanência no lar, que se conclui ser nociva aos filhos, porque nada de edificante lhes é mostrado, perdurando, latente e indefinidamente, dura tensão psíquica, dadas a desunião e inimizade entre os cônjuges...!

Quem asseverou, a sua rev.ª, que «para os católicos o casamento é pura mancebia legalizada?» Já auscultou alguns católicos no que concerne a esta problemática? E, se o fez, que católicos lhe responderam afirmativamente? Por outro lado, quais os motivos que legitimam, forçosamente, que o casamento, estritamente civil, seja, como vem declarando, acintosamente, «pura mancebia legalizada»?

Com esta opinião emite um juízo altamente atentatório da dignidade das pessoas que se consorciaram por caminho civil.

«Amai-vos uns aos outros» é divisa cristã que, pelo rico conteúdo humano que encerra, foi acolhida, universalmente. Ninguém pode ser impedido de amar. É condição que acompanha a pessoa, desde o seu nascimento, até à derradeira caminhada neste terreno mundo. Parafraseando Thiago de Melo: «Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a quem se ama...».

As comparações que aduz — no que respeita à matéria do divórcio —, em relação à vida dos «astros» e «estrelas» do panorama cinematográfico, não têm, para a presente discussão, qualquer pertinência, nem são relevantes. A não ser que pense que está tratando com pessoa muito pouco consciente...

Repetimos que somos católico, solteiro e de verde idade. Não creia, porém, que a problemática da qual temos estado a tratar, é, por nós, subestimada e que apenas aqui, nos mantemos, apresentando opiniões por mera disputa, tão somente visando réplicas; «esgrimindo», por prazer, com a «pena»; ou apresentando sofismas ou (e) falácias. Encontramo-nos devidamente consciente perante a importância extraordinária de que se reveste o assunto.

Mais uma vez o sr. cónego demonstra que, ao longo da sua vida tem interpretado muito mal a divisa universalista de Jesus Cristo «amai-vos uns aos outros». «Ameaçou-nos», já anteriormente, de não podermos ter enterro religioso (católico). Tais exemplos levam-nos a cogitar em tremendos «castigos» para os homens, provenientes da «mão atemorizadora» de Deus. De Deus que é, afinal, a bondade divina. Assim, não descortinamos como pode chegar a tal contraponto... É um tremendo paradoxo, m. Pardal...!

Gostaríamos de reincidir na nossa ideia de que a Liberdade, para nós, consiste num poder de opção perante duas ou mais atitudes dignas, de modo a poder atingir-se um fim justo. Como pode, nesta linha, ser condenado alguém pela lei divina, se procura orientar a sua existência dentro dos padrões da paz e do amor?

É desumano, como já dissemos supra, obrigar alguém a permanecer junto de outrem, quando, mediante análise e reflexão sérias e profundas, se chegar à conclusão de que uma união duradoura e feliz se torna impossível e tal estado só pode acarretar problemas das mais diversas e variadas índoles.

Ficámos completamente «almareado» com as tergiversações que apresenta, desta feita! Debruça-se, sua rev.ª a respeito de madrastas («de espírito bem formado», algumas, como diz) e dos respectivos enteados. Julgamos não ter conexão íntima com o que, aqui, temos estado a debater. Contudo, seria um trabalho que não deslustraria mesmo nada, se fosse incluso em qualquer tema de carácter jurídico-sociológico...

Se o Espírito Santo é infalível — e nós aceitamos este dogma —, indubitavelmente que são os homens da Igreja — e só eles — que cometem erros. É a dedução lógica... Os erros tantos foram, e têm sido, através dos tempos, provocando, desde dissidências e divisões, no próprio seio da Igreja cristã, até atitudes e comportamentos nada justificáveis.

Todavia, «Deus é que julga. Só Ele é que perscruta os corações e os conhece como são». Congratulamo-nos com estas frases, de sua autoria, m. Pardal. De toda a troca de opiniões, iniciada em Agosto último, e travada entre si e a nossa pessoa, parece-nos ter sido a mais certa, justa e feliz, dimanada dos seus escritos. Por isso, queremos frisar, asseverar bem, que concordamos, inteiramente, com a afirmação expressa. Deus sabe, portanto, fazer o aval das atitudes que cada filho seu toma, independentemente do que possa ser ajuizado neste recanto do Universo por ele criado. Daqui que será insensato e temerário estigmatizar seja quem for.

Voltemos — noutra perspectiva — os olhos para o futuro. Este é mais importante que o passado. Consequentemente, é tarefa primordial imaginar, preparar e construir uma sociedade mais humana, animando-a de estreme espírito evangélico.

Para o cristão, existe não apenas a paróquia, mas outrossim a família, o meio do trabalho, a organização social e económica, a cidadania, o mundo internacional. Todos estes agregados procurará ele, cristão, imbuí-los do mais puro espírito evangélico, de que falámos acima.

Despedimo-nos de m. Pardal, com um cordial e respeitoso cumprimento.

Subscreve-se um católico que procura, afanosamente, caminhar na sua vida, lutando pela implantação do amor entre os homens, tal como o mestre desejava.

Nota do autor (1) — Já depois deste apontamento estar concluído, surgiu este evento, que obrigou a que se lhe fizesse a devida referência.

Vende-se

Duas casas de rés-do-chão na Rua Ministro Duarte Pacheco, 40-42, em Vila Real de Santo António. Informações pelo telef. 479.

Móveis para exteriores, em fibra de vidro

Fabricantes:

APM

R. Convento da Sr.ª da Glória, 25
Telef. 63179 — LAGOS

JORNAL DO ALGARVE
N.º 936 — 1-3-975

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

Faz-se saber que na Acção Ordinária de Reivindicação n.º 66/74, que corre termos por este Tribunal Judicial, movida por Maria José Rodrigues Xavier Rita, viúva, domiciliada em Monte Gordo, desta comarca, contra os réus ERNESTO AUGUSTO SALES, viúvo, residente em parte incerta mas com última residência conhecida na Praça D. Luís, n.º 17, 1.º andar, dt.º, em Lisboa, e ERNESTO SALES, LDA., representada pelo anterior réu com sede em Vila Real de Santo António, são estes réus CITADOS para contestarem, querendo, apresentando a sua defesa no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª publicação do presente anúncio, sob a cominação de virem a ser condenados no pedido que a autora deduz naquele processo e que consiste em a autora ser viúva-meeira e cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido José António Rita, falecido em 6-12-973, e dessa herança indivisa faz parte o prédio urbano situado no lugar de Lazareto, desta comarca de Vila Real de Santo António, inscrito na matriz predial sob o artigo 104 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1 382, a fls. 117 v.º do Livro B-4, constituído por vários armazéns destinados à indústria da seca de peixe, com terreno anexo, tendo a área de 1 150 m2 coberta e 3 010 m2 descoberta, o qual encontra-se desde há dezenas de anos, cerca de 40 anos, na posse plena e fruição do extinto José António Rita e depois na posse da Autora e herdeiros daquele, por ter sido adquirido pelo dito José António Rita por acordo com a Comissão Judicial encarregada da liquidação dos bens do réu Ernesto Augusto Sales que havia caído no estado de falência e sido obtida uma concordata nesse sentido com todos os seus credores, representados por aquela Comissão.

Vila Real de Santo António, 31 de Janeiro de 1975

VERIFIQUEI:

O Juiz de Direito,

(a) *Luís Flores Ribeiro*

O Escrivão de Direito,

(a) *Américo G. Correia*

VENDE-SE EM MÉRTOLA

Prédio, com superfície de 963 m2 e área descoberta de 98 m2.

Terreno próximo ao mesmo, com 1 750 m à entrada da Rua Alves Redol (estrada do Algarve).

Servindo para qualquer ramo de negócio.

Inf.: sr. Rodolfo Santos.

COMPRO

Propriedade rústica, de preferência com água.

Resposta ao Stand Avenida — telefone 62482 — LOULÉ.

ODIÁXERE E A DEMOCRACIA

Sr. director,

Está um grupo de jovens e um velhadas, empenhados em fazer alguma coisa a bem da freguesia e do Algarve.

Temos nós a ideia de dividir esta freguesia em quatro zonas, porque o serviço, dividido por muitos custa menos; porque se o bem é para todos, todos temos a obrigação de trabalhar, cada qual dentro das suas possibilidades, porque aqueles que só querem a papa feita são fascistas.

O trabalho não custa, quando não é trabalho escravo e é por isso que nós trabalhamos. Queremos acabar com o trabalho escravo, queremos uma vida melhor para todos, porque todos têm esse direito.

Este grupo tem uma missão a cumprir: vai organizar quatro comissões de zona; cada comissão é composta por três elementos, e se houver mais, melhor será. A missão destas pessoas é ir ensinar o pouco que sabem a outras pessoas que talvez saibam menos, ir dizer às pessoas que se unam, porque a união faz a força, mas essa união que seja para o bem comum.

Há muita gente boa que desconhece o que é uma Junta de Freguesia. Uma Junta deve ser de três pessoas, escolhidas por todos os eleitores dessa freguesia, porque só assim pode ser uma junta democrática. No tempo da outra senhora, os senhores mais ricos é que faziam parte da junta. Hoje, pode ser qualquer operário, o que é preciso é ser pessoa honesta e que queira trabalhar em prol da sociedade. Há muitas pessoas que me dizem: «porque é que você não manda pôr aqui água ao domicílio; porque é que você não manda pôr canos de esgoto?» Essas pessoas não fazem uma pequena ideia de quanto custa essa obra. Pois eu posso dizer que ela está orçada em dez mil contos. Parece mentira mas é verdade. Ora, esta obra, não pode ser pedida à Junta.

Esta Junta tem de rendimento, por mês, cerca de quatro contos, e paga a um homem para fazer limpeza e a uma rapariga para fazer a escrita, 4 500$00.

As contribuições e licenças, que esta freguesia paga à Câmara, julgo ser coisa confidencial.

A bem da República,

José Domingos Reis

1.º-Sargento de manobra da reserva da Armada e presidente da Junta Provisória

Eis um programa daquilo que se pretende fazer na freguesia:

COMUNICADO À POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE ODIÁXERE

Considerando que: o histórico momento da vida político-social que estamos atravessando, caminha para uma consolidação das liberdades democráticas conquistadas em 25 de Abril;

Considerando que: o programa do M. F. A. prevê com bastante clareza, a liberdade de reunião e associação;

Nós, grupo de pessoas, parte integrante duma pré-associação de pessoas livres que lutamos pelo bem-estar e progresso sócio-cultural da colectividade onde vivemos, propomos: a criação de comissões de zona, compostas por 4 pessoas residentes nas mesmas, que serão responsáveis pelo bom andamento e resolução dos problemas relativos a cada zona e, que conjuntamente com as outras comissões discutirão os assuntos a nível local (de zona) e a nível geral (de freguesia).

Serão as referidas comissões porta-voz das resoluções tomadas para o bem público da comunidade.

Assim, pretende-se levar a efeito a construção, em local a discutir posteriormente, de um edifício público, com a superior e única finalidade de servir os habitantes de toda a freguesia, a nível político, social e cultural.

A título de informação, o referido edifício comportará: salão espaçoso, munido de palco, que permitirá toda e qualquer espécie de manifestação cultural (teatro, cinema, bailes, convívios, etc.); salas onde funcionarão Junta de Freguesia, Casa do Povo, farmácia, posto médico, biblioteca, etc., etc.

Pretende-se assim, levar a bom termo esta iniciativa, com a ajuda informal de nós todos, porque se todos trabalharmos e contribuirmos para esta realização, quem será beneficiado, somos nós, sem distinção de classes ou categorias.

A pré-associação

Vende-se

Horta sita na Amorosa, perto de Messines, com muitas árvores de fruto, moradia, armazéns, estábulo, palheiro, outras dependências e várias pocilgas. Tem grande poço com tiragem de água electricamente, tanque e canais para irrigação.

Informa: Vicente Lima — Telefone 22708 — Apartado 68 — PORTIMÃO.

CARTAS à Redacção

Carta aberta ao sr. António Dias de Sousa Correia, ex-vice-presidente da Câmara, a propósito do artigo «S. Brás de Alportel-74»

Há quase três meses inseri no Jornal do Algarve *um artigo que considerei constituir o pensamento dos são-brasenses, pela inoperância registada em S. Brás de Alportel. Citei no mesmo como obra de vulto o mercado municipal. Mas penitencio-me, porque sei da existência de outros melhoramentos para cuja concretização, diga-se de passagem, as edilidades pouco fizeram. Ficavam nas gavetas as tentativas de progresso.*

Um eleito crónico das «equipas» locais, sr. António Dias de Sousa Correia, achou por bem contestar publicamente as minhas declarações, inserindo a sua resposta em «Cartas à Redacção», no n.º 935, com bagagem bem documentada, de há meio século para cá, e o sugestivo título de «Repondo a verdade». Este senhor é bastante conhecido nas colunas deste jornal pelas suas criteriosas opiniões acerca de problemas cinegéticos.

Antes de entrar a fundo na questão, devo dizer que não ingiro muito queijo. Ele é caro e tal luxo só é possível a pessoas como o sr. Correia. Mas gostaria, creia, mesmo a nível particular saber o que entende por demagogia, completando o que estava a pensar e não disse. Por outro lado, lamento que o sr. Correia não perceba o meu português, tendo necessidade de recorrer ao dicionário tão amiúde. Será mesmo assim? Duvido! Quanto a deixar em paz os são-brasenses, parece-me que mais ninguém ficou escandalizado excepto a sua reduzida «orquestra». E fecha com chave de ouro a sua carta: «Preocupe-se com aqueles que nunca coisa alguma fizeram e poderiam ter feito em benefício da terra, entre os quais o senhor muito justamente se deve incluir».

O sr. Correia, aliás, ao longo dos anos sempre teve essa opinião. Mas se não houve uma via para eu desempenhar cargos públicos ao nível que afanosamente praticou, foi porque os senhores açambarcadores da Câmara nunca o permitiram. Se temos as mesmas habilitações literárias e possivelmente o mesmo grau de inteligência, por que razão não desempenharia as suas funções? Ou o dinheiro confere talento, iniciativa ou vontade de trabalhar? Os senhores tiveram sempre medo de homens do meu plano — há tantos por aí — cujo crime consiste no amor acendrado à sua terra! Este jornal, «O Algarve», o «Correio do Sul» e «Jornal do Comércio», são eloquentes testemunhos. Os senhores, porém, não concediam oportunidades a ninguém. Tinham medo de que os estorvássemos e conduzíssemos os destinos do concelho à ruína. Comigo então, foram de uma volúpia incomparável (consulte o dicionário, sr. Correia!) perseguindo-me ferozmente, pois tinham medo de perder o tacho. Cortaram-me o mais sagrado direito concedido aos cidadãos, o voto! Cortaram-no a frio, rindo-se dessa atitude, como quem diz babando-se de gozo: «não querias mais nada?»! Foi-me ainda concedida outra oportunidade como sindicalizado no Sindicato dos Empregados de Escritório, mas os senhores, mais uma vez, a frio, premeditadamente, me torpedearam. A panelinha não queria intrusos!

Estes dois delitos e, possivelmente, outros, cozinharam-nos nas vossas sessões, decerto num cenáculo de sorrisos cínicos e triunfais. Mas a minha impoluta actuação obrigava-os a silenciar-se e, até, renderem-se à evidência. Tenho na frente o ofício n.º 1443/72 emanado da presidência da Câmara Municipal, subscrito pelo sr. Francisco de Sousa Correia (sempre mantivemos relações de amizade e lamento profundamente o drama da sua vida no lar) que entre outros assuntos, diz «... foi tomado conhecimento de uma série de artigos da autoria do jornalista F. Clara Neves, são-brasense esclarecido *(o redondo é meu) do seu notável espírito de imparcialidade e bom senso, vindo a desenvolver intensa crítica no campo da instrução pública, viação rural e urbana, e turismo, não deixando de evidenciar de forma sóbria as dificuldades da administração municipal, resolvendo por unanimidade esta Câmara tributar-lhe felicitações, pela versão honesta e correcta que através da Imprensa regional tem vindo a difundir». Etc., etc., pois os elogios, que não me deslumbraram, subiram demasiado altos.*

A acta dessa sessão tem com certeza a assinatura (se não, não haveria a unanimidade citada no referido ofício) do sr. António Dias de Sousa Correia. Ainda neste capítulo os senhores temiam pessoas ao vosso lado, capazes de dar conta do recado. Assim, quando designaram a nível oficial o último presidente da Câmara, antes do 25 de Abril, claro, tentei, acompanhado de outro carola que escreve sobre a nossa terra, opor-me à era a que a população chamava, conformada e resignada, «reinado dos Correias». Da minha parte insinuava outro Correia, mas um jovem que considero desempoeirado. Esse esforço malogrou-se por espantosa intervenção da censura, que cortava todos os artigos ou frases acerca da presidência da Câmara. O circuito de censura comandado pelo governador-censor sr. Esquível, não permitia que se esclarecesse os são-brasenses. Mas eu não me vergo a prepotências e reagi. Expus o caso, superiormente e pouco tempo depois esse governador foi transferido para Setúbal. Seria essa pinga, que fez extravasar o cálice? Porque não acreditar, se a intromissão teve carácter de capricho infantil?

O sr. António Correia, sabedor de todas estas manobras, ainda tem ânimo de escrever cartas tão infelizes. Acha que preciso dos seus conselhos? Seria consequência de uma difícil digestão, ou instigado pelos seus correligionários que não aceitam as realidades? Assim, perde a elegância na controvérsia. O que escrevi, nem de longe nem de perto visa a última Câmara, nem tão pouco as anteriores: são todas. Mas a última, praticamente não teve tempo para realizações de vulto. Quanto a mim, foi ainda a que mais trabalhou para anular burocracias individuais e colectivas, e facilitar a construção sem olhar a caras bonitas ou feias. Porquê essa dor de cotovelo, que o fez perder as estribeiras? Porque não evocou antes o que se não fez? Porque não tocou na escola primária e nas razões do atraso das obras? Sabe muito bem como foi. Nessa escola em ruínas, por acaso, não fomos condiscípulos. Porque não fala nesse jardim que desapareceu no vosso tempo? Porque não fala no matadouro, onde interiormente — dizem — a higiene não é famosa e exteriormente a bocarra dos canos de esgoto tomba no Verão? Porque não falou na Rua da Fonte desde a Rua Dr. José Dias Sancho até à própria fonte? E o Largo do Mercado, onde não se efectuou qualquer reparação desde que me conheço? Chegou a ir à fonte neste Verão? Se fosse, talvez chorasse por tanto desleixo. E cal, não há cal na Câmara? Já observou como se encontra o prédio onde se instalou a Central Eléctrica? Terá algum vidro inteiro? Se seguir pela Rua Viegas Louro e entrar depois na do Capitão Caiado (quem é este herói?) diga, francamente, há quantos anos estão nesse estado deplorável? Venha depois ao Largo e desça a travessa que desemboca na igreja; acha que está bem? O Ribeirão, o Burguel, a Rua Vasco da Gama e a rua projectada? Não vá a esta rua, pode cair-lhe a cólera em cima, com os cheiros pestilentos. Já alguma vez entrou no barracão onde se guardam os utensílios de limpeza das ruas? Isso é digno de uma fotografia a cores.

Mais! Todos os prédios na estrada de Tavira aprovados (alguns não o foram, não tinham «cunhas» à altura) são atentados à saúde; as fossas inquinadas ameaçam o caudal de água (o tal caudal de 27 litros como o senhor cita, na periferia) à mercê de tremenda inquinação se não forem tomadas urgentemente as providências que se impõem. E o jardim ao pé do hospital, quando sai da casca? Porque não se caiou as paredes do campo das águas? E a rede de esgotos de que falou, serve um terço da vila? Porque não tapam aquele cano suicida, da morte e da doença que asfixia os moradores do sítio da Calçada? Porque transferiram (com ordem de quem?) a única fonte de receitas (a luz eléctrica) para um organismo que até há pouco tempo não cumpria as cláusulas do contrato? Porquê essa operação em segredo? Porque não ligaram a rede eléctrica ao monumento de Bernardo de Passos? Porque se concedeu facilidades, em determinados pontos, a certas «operações», pondo em grave risco a saúde pública?

Está a lembrar-me a longa citação que fez de caminhos públicos. Será que alguns se cruzam ou aproximam de suas propriedades? Creia que não me veio à mente essa hipótese. Mas o senhor esteve na Câmara a condensar os seus longos apontamentos, com a colaboração dos funcionários, ou tem ainda uma memória privilegiada? E nos problemas de electricidade, debruça-se como um técnico. Que proveito tira desse sermão sem auditores? Perda de tempo!

Entendo que a sua fértil imaginação e a maneira expressiva que emprega, sem pomposos adjectivos (ao invés do vaidoso articulista que perde horas a rabiscá-los no dicionário ...) devia colocá-la ao serviço do nosso concelho com úteis sugestões, eliminando o estéril carácter polémico, que visou denegrir quem sempre o considerou. Esperava reacção, mas nunca da sua parte, às críticas exaradas em «S. Brás de Alportel-74», escrito de facto num momento em que não se acredita em nada, depois de tanto fracasso e desilusão. Homens como o senhor, não só deviam escrever, como também contribuir para o progresso da indústria, em vez de reduzi-la, integrando-se no espírito que preside no solene momento que a Nação atravessa. Homens como o senhor, com dinheiro à farta, invistam-no, façam um Portugal novo, a vossa terra mais jovem. Auxiliem o vosso Hospital, a Creche, os Bombeiros, a União. Sabe que existem na sua terra estas instituições em dificuldade? Lute ainda pela melhoria do caminho das Mealhas e da Mesquita, que estão na sua órbita. Mova as suas influências, que ainda as tem, e muitas, e estenda a rede eléctrica ao Bengado e Desbarato, pois essas regiões também precisam de luz. Salte com a sua pena, não apenas em assuntos de caça, desporto de ricos, e ajude-nos nesta ingente tarefa de esclarecer os nossos conterrâneos, lutando por eles, pelo turismo e problemas pendentes. Deixe que eu continue, como até agora, com uma ou outra palavra «cara». Neste assunto o senhor é mesmo infantil, pois cada um tem o estilo que Deus lhe deu.

Desejo ainda avivar-lhe a memória, embora da minha parte seja imodéstia. Com a minha pena consegui uma pequena pensão para duas senhoras que bem a mereceram: internei o Luís; conquistei o telefone para a Cabeça do Velho e lutei com êxito para que essas festas de Natal, patrocinadas pela C. R. de Turismo, abrissem as portas ao povo. Lembra-se que me convidaram e deixaram de fora minha esposa, como se fosse um trapo, e os senhores até levavam os vossos criados para encher a barriga nesse dia? Conquistei alguns contos de réis para o hospital e proporcionei, através de dádivas dos leitores nos meus apelos, Natais menos sombrios a muitos são-brasenses desprotegidos. Não sabe disto, pois não?

Desta maneira, aconselho-o a descarregar a sua vingança noutra direcção. Deveria até, para curar esses nervos, fazer turismo, dar uma passeata aos Estados Unidos, distrair e matar saudades. Ou então um período de repouso em plena serra, e nos momentos vagos negociar com os serrenhos, porque tem uma indústria —a cortiça — a manter e dar trabalho aos seus operários. E fique sabendo que não perco mais tempo consigo, porque tenho mais que fazer e tempo é dinheiro. Além disso, fez-me estragar algumas páginas do dicionário com tanto folhear para trás e para a frente. Eu não o saneei da Câmara, compreendeu?

F. Clara Neves

UM ESCLARECIMENTO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Sr. director,

Tendo sido publicada no n.º 934 do vosso conceituado jornal, uma carta aberta, subscrita pelo sr. Ademar Pinto da Cunha, que me é dirigida, venho solicitar a V. se digne mandar publicar a minha resposta.

Na realidade, o art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 656/74, de 23 de Novembro, diz: não pode o Corpo Administrativo, durante o prazo de um ano, assalariar ou contratar pessoal para os seus serviços, além dos quadros; não diz, contudo, que as vagas que se verificarem nesse espaço de tempo, quando necessário, não possam ser preenchidas.

Nestas condições, e porque a vaga registada era das imprescindíveis, resolveu esta Comissão Administrativa proceder ao seu preenchimento. Como existiam já dois pedidos para aquele cargo, um verbal e outro por escrito, ambos anteriores ao pedido do sr. Cunha, que não especificava o cargo que pretendia, deliberou esta Comissão Administrativa atribuir o lugar ao pedido feito por escrito. Importa contudo esclarecer que a vaga em causa é a de servente do mercado do peixe, cargo que este Corpo Administrativo pensou não se coadunar com a condição social daquele senhor. Não pode ver-se, nesta deliberação, qualquer apadrinhamento como aquele refere. Penso portanto não ter havido ofensa à Lei.

Quanto à pergunta sobre a cor da Democracia reinante na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, posso informá-lo que é a de democratas convictos e não de simples oportunistas. E o senhor sabe bem disso.

Entretanto, atendendo ao manifestado desejo do sr. Ademar Cunha em querer trabalhar, o que aliás é justo e humano e é um direito de todo o cidadão, este corpo administrativo pôs à sua disposição outro cargo, que não aceitou.

Não estará a dar-se o caso de o senhor sofrer de qualquer frustração? E não sendo assim, como explica que depois de expulso da Guarda Fiscal não tenha conservado nenhum dos empregos que já ocupou, e que se não erro, parece bem que foram quatro? Não acha que seria bom fazer um exame à consciência?

Com os meus cumprimentos.

Joaquim Baptista Pedro Correia

Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

Viva despreocupado

Empregue o seu capital

Cesário & C.ª, Lda.

EXISTE PARA O SERVIR

Vende, compra e troca

MORADIAS

ANDARES

APARTAMENTOS

em regime de propriedade horizontal

Encarrega-se de todos os contactos com inquilinos

Sede: Rua José de Matos, 33

Telefs. 26216 ou 25998 de FARO

Cartório Notarial de Lagoa

A cargo da Notária Catarina Maria de Sousa Valente

Certifico narrativamente para efeito de publicação, que neste cartório e no livro de notas para escrituras diversas B-54, de folhas 26 a folhas 27, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 12 do corrente mês, na qual José Pedro e mulher Rufina da Conceição, naturais da freguesia de Porches, concelho de Lagoa, com residência habitual no sítio dos Cabeços, se declaram, donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem de um prédio urbano, sito em Cabeços, freguesia de Porches, concelho de Lagoa, composto de casas térreas com quatro compartimentos, com a área coberta de noventa metros quadrados e trinta decímetros, e logradouro com a área de dez metros quadrados, a confrontar de todos os lados, com os justificantes. Inscrito na matriz predial respectiva, em nome do justificante marido, sob o artigo 322, com o rendimento colectável de 20$00 e o valor matricial de 400$00 e atribuído de 10 000$00. Não descrito nas Conservatórias do Registo Predial de Silves e Lagoa.

Os justificantes possuem o referido prédio em nome próprio, há mais de trinta anos, sem a menor oposição de quem quer que seja, desde o seu início, posse que sempre exerceram sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso uma posse pacífica, contínua e pública, pelo que adquiriram o prédio por prescrição, não tendo todavia, dado o modo de aquisição, documento que lhes permita fazer a prova do seu direito de propriedade perfeita.

Está conforme.

Cartório Notarial de Lagoa, treze de Fevereiro de 1975.

A Ajudante,

Maria Cecília G. Pargana

Quadras de um emigrante

Portugal és tão bonito!
Mas tivemos que emigrar
A melhorar situações
Para mais tarde voltar.

Porque somos emigrantes,
Muito temos que passar
Tão longe da nossa terra
E sem sabermos falar!

Portugal, se vais mudar
Pode ser que ainda eu volte,
Mas isso na condição
De me trazeres mais sorte...

Teodoro Dias Ribeiro

Trespasso

Supermercado em boa cidade no Algarve, com muita clientela. Tem licença de talho e charcutaria. Facilito o pagamento. Também aceito sócio mas que possa ficar à testa da casa. Resposta a este jornal ao n.º 171/75.

Câmara Municipal do Concelho de Vila Real de Santo António

EDITAL

JOAQUIM BATISTA PEDRO CORREIA, Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António:

Faço saber que, de harmonia com a comunicação da Direcção de Urbanização de Faro foi estudada pela Direcção-Geral das Construções Hospitalares a Zona de Protecção do Hospital Concelhio de Vila Real de Santo António.

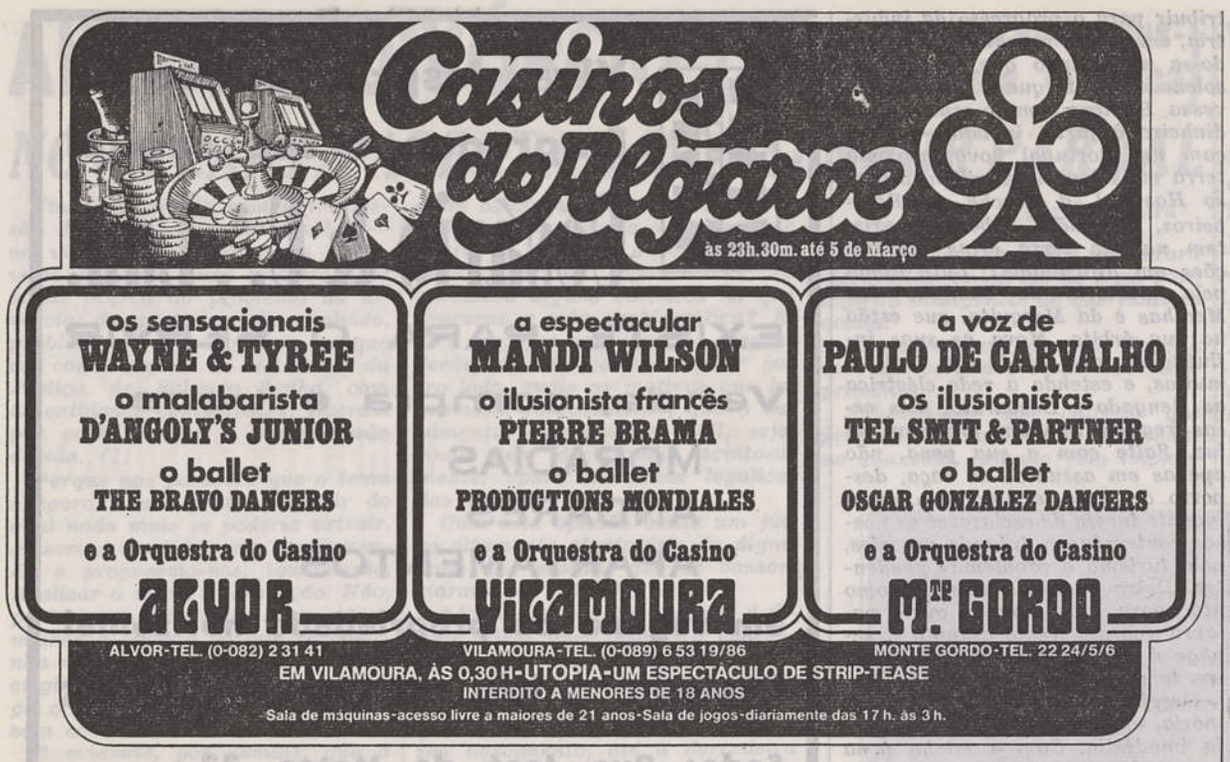
Nos termos do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril, são convidados todos os interessados a apresentar, no prazo de 30 dias, quaisquer reclamações ao referido estudo, que pode ser consultado na Secretaria desta Câmara Municipal, durante as horas de expediente.

Para constar e devidos efeitos se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares do costume.

Paços do Concelho de Vila Real de Santo António, aos 24 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Comissão Administrativa,

Joaquim Batista Pedro Correia



O Inquérito do JORNAL DO ALGARVE aos Municípios da Província

(Conclusão da 1.ª página)

conhecido mérito, em contraste com outros bem mais elevados, pagos a gente inapta, sem qualquer mérito profissional e que apenas por mera tolerância de favoritismo, quando não por ocultas razões, foram aceites preterindo outros mais válidos em prejuízo do público.

«Sem um reajustamento, não poderemos caminhar como devemos, a máquina continuará emperrada, com um poderoso travão às quatro rodas, como disse o nosso camarada Gil decorridos poucos dias da nossa tomada de posse. De resto, a tarefa está facilitada. O serviço cívico do funcionalismo está feito, restando apenas o exame de maturidade.

«É preciso que se compreenda que um bom engenheiro, um bom médico ou um bom advogado, pode ser um péssimo administrador, um desastrado orientador de serviço, da mesma forma que um bom administrador, um óptimo distribuidor de serviço, pode ser um péssimo engenheiro, se for engenheiro, um péssimo médico, se for médico e um péssimo advogado, se for advogado. Mas tudo se vinha processando como se assim não fosse e não é fácil, mesmo com a variedade de detergentes que hoje existem, apagar uma nódoa de tantos anos.

«Eu compreendo quanto custará dizer à senhora fulana que o seu filho, que ela e o marido, na intimidade do leito, logo destinaram para médico ou advogado, por vocação familiar e tradicional, não tem capacidade para ir além de servente de pedreiro ou prefere ser afinador de automóveis, poeta ou jardineiro.

«Também a mim custaria, porque não passo duma vítima da sociedade que me rodeou e onde fui criado, mas se não for assim, se não se der a mão à palmatória, se não se iniciar o trilho doutro caminho, que sociedade vamos construir? Que sentido teve, afinal, a Revolução?

— Quais os maiores problemas com que inicialmente deparou para poder desempenhar as suas funções?

— Em primeiro lugar, a minha ignorância em relação a um serviço que não conhecia nem de perto nem de longe. Depois, aquele mal de que sofrem quase todos os Municípios — a situação financeira — agravada com o aumento dos salários, de maiores e mais graves consequências nos Serviços Municipalizados já deficitários. A estas dificuldades acresceram as da necessidade de dar um andamento rápido, que se impunha, para a resolução de uma infinidade de questões. Algumas delas, embora de muito interesse, eram afinal de fácil solução e ainda hoje não compreendo qual a razão por que há tantos anos tinham a pedra em cima.

«Finalmente, talvez para confirmar o aforismo popular de que todos os caminhos vão dar à praça, mencionarei as obstruções feitas sentir por parte das diversas repartições e serviços de onde depende muitas vezes o desenvolvimento do nosso concelho, na chefia dos quais se encontravam e ainda hoje se encontram, em alguns, pessoas a quem não convém ou não interessa a solução rápida dos problemas. Porquê? Talvez porque isso traria a descoberto os seus desleixos e as suas incompetências, quando não outras razões ocultas de certas atitudes. A estes motivos, já de si condenáveis, podemos agregar outros e atitudes semelhantes de iguais efeitos, embora por diferentes causas, daqueles que desde o 25 de Abril tudo emperram... não deixando de fora os que só farão contra-vapor, agora camuflado até às eleições, depois do que passarão, com esta democrática contribuição, a activos camaradas.

— O que desejaria ver feito em primeiro lugar, a bem do progresso do seu concelho?

— Habitação, com especial interesse para a de tipo social. Remodelação completa do Bairro Jara. Assegurar o abastecimento de água à cidade e aos aglomerados populacionais que já dispõem de rede. Construção das redes de abastecimento de água e esgotos em todos os aglomerados de mais de cem habitantes. Total cobertura eléctrica do concelho; reparação e abertura de caminhos na serra. Desassoreamento da barra e dos canais que servem os centros piscatórios de Cabanas e Santa Luzia; regularização dos transportes para a ilha; creche, jardim-escola. Arranjo do Mercado Municipal, incluindo a cobertura.

«Estas as necessidades mais prementes que me ocorrem, não querendo dizer que não haja outras e até mais importantes. Aos munícipes compete lembrar. Algumas encontram-se já em construção adiantada, muitas em princípio e todas em estudo ou vias de realização acelerada. Devo referir também que vamos proceder ao calcetamento de quase todas as artérias da cidade, sendo o atraso apenas motivado pelas obras de saneamento que decorrem e que têm não só desnorteado o trânsito que precisava de ser revisto, como a limpeza, que estava no primeiro lugar das nossas reduzidas ambições. Estão a calcetar-se as ruas de Santa Luzia e já o fizemos em Santa Catarina, sede de freguesia onde vai iniciar-se em breve a rede de água e esgotos bem como os esgotos de Cabanas, para onde já foram adquiridas as respectivas estações de tratamento, incluindo a de Santa Luzia.

— Como pensa que isso poderá conseguir-se?

— Trabalhando nesse sentido sem desânimo. Insistindo, justificando a sua necessidade e, em certos casos, exigindo.

— Quais as outras realizações, menores, embora também prioritárias, que acha mais interessarem ao concelho? Vê possibilidade de se lhes dar seguimento?

— Construir um pequeno açude no rio, frente ao mercado, para criar uma maior beleza à cidade e evitando os maus cheiros, situação que está a agravar-se com a acumulação de limos e que este ano mais se sente pela falta das enxurradas que os levem. Renovação e enriquecimento da iluminação pública que era, e é, de flagrante pobreza. Arranjo dos jardins e criação de outros, bem como de zonas verdes e parques infantis. Urbanização e arborização de algumas zonas da cidade até agora votadas a completo abandono, como por exemplo as Quatro Águas, a Atalaia e o Largo do Cano. Aproveitamento do Palácio da Galeria para museu da cidade, e arranjo da zona que o envolve. Regularização do trânsito, proibindo-se na medida do possível a utilização da velha ponte romana por carros pesados.

— Que pensa quanto à politização das populações desse concelho?

— A tarefa é difícil mas não impossível. Aos 48 anos de ditadura fascista temos que aditar a acção nefasta destes dez meses duma reacção que ainda dispõe de grandes trunfos, tais como o ensino e a Imprensa, que eram os dois sectores da vida nacional onde a Pide aplicava os crivos mais miúdos. Daí as razões do que aconteceu e está acontecendo, cujo paralelo é flagrante.

«No que se refere ao ensino, enquanto em Lisboa o saneamento nas escolas atingiu percentagem elevadíssima, na Província, onde não houve saneamento, os professores fazem eleições «entre eles» e trazem os resultados para os cafés, onde os reaccionários apelam para os bem intencionados e despolitizados no sentido de fazer cumprir os resultados duma consulta. Mas alguém, mesmo muito ingénuo, aceitaria agora uma eleição com os antigos cadernos eleitorais? Então porque aceitar o resultado da eleição entre aqueles professores?

«Quanto à Imprensa, o caso é semelhante: em Lisboa houve saneamento nos órgãos da informação. Na Província, a chamada Imprensa regionalista, por razões acima referidas, estava entregue aos fascistas, salvo raras excepções aliás conhecidas. Deste modo, esses democratas de primavera, falando embora com voz oca em Democracia e em Movimento das Forças Armadas que estão preparados para trair a todo o momento, vão escondendo e ignorando propositadamente os grandes benefícios da Revolução e dando relevo e ampliando os pequenos factos, aliás condenados por todos e muitas vezes originados pela própria reacção.

José Castel-Branco

MÉDICO ESPECIALISTA

DOENÇAS DO CORAÇÃO

CONSULTAS:

2.as, 4.as e 6.as feiras, às 15 horas e 3.as e 5.as feiras, às 18 horas, na Rua Baptista Lopes, 24-1.º Dt.º em Faro.

Telefone 26164

Aliança Eléctrica do Sul, S. A. R. L.

Capital: 9 000 000$00

OLHÃO

Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Senhores Accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede da Empresa, à Rua do Dr. Carlos Fuzeta, n.º 29, em Olhão, no próximo dia 22 de Março, pelas 11 horas, a fim de:

a) — Deliberar sobre o Relatório e Contas da Direcção e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1974;

b) — Proceder à eleição do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral;

c) — Tratar de assuntos de regulamentação interna.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Assembleia Geral,

Vergílio Godinho Nunes

JORNAL DO ALGARVE
N.º 936 — 1-3-975

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Anúncio

2.ª PUBLICAÇÃO

Faz-se saber que no dia 13 de Março, próximo, pelas 15 horas neste Tribunal Judicial, na Execução de Sentença 85-B/72 que António Romão, viúvo, residente em Monte Novo — Cacela move contra Manuel Joaquim e mulher Adelina Maria de Sousa, proprietários, residentes no mesmo lugar de Monte Novo — Cacela, desta comarca, hão-de ser postos em praça, para serem arrematados ao maior lanço oferecido acima do valor que adiante se indica, os seguintes prédios penhorados aos executados:

1.º

Uma courela de terra, no lugar da Silveira, freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do nascente com José Afonso, poente herdeiros de Manuel Machado, norte herdeiros de Manuel João Sequeira e sul herdeiros de José Vaz, que vai à praça pelo valor de 120$00.

2.º

Uma courela de terra, no sítio da Amendoeira — Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do nascente e sul Francisco Romão, norte Ana Pereira e poente Manuel Romão, que vai à praça por 760$00.

3.º

Uma courela de terra no sítio da Amendoeira — Castro Marim, a confrontar por todos os lados com António Romão, que vai à praça por 550$00.

4.º

Uma courela no sítio do Monte dos Campeiros, concelho de Castro Marim, que confronta do norte e poente António Neves, sul caminho e nascente Manuel Romão, que vai à praça por 970$00.

5.º

Uma courela de terra no sítio do Barranco Grande, concelho de Castro Marim, que confronta do norte herdeiros de José d'Horta, sul e poente com os mesmos e nascente barranco, que vai à praça por 2 520$00.

6.º

Uma courela de terra, no sítio da Carrapateira, freguesia de Conceição, concelho de Tavira, que confronta do norte Joaquim Rodrigues, sul José Fernandes, nascente Rita Maria e poente João Fernandes, que vai à praça por 340$00.

7.º

Uma courela no sítio da Atabúa, freguesia de Cacela, desta comarca, que confronta do norte José Rodrigues, sul José Fernandes, nascente Rita Maria e poente João Fernandes, que vai à praça por 1 860$00.

8.º

O direito a 1/2, de uma courela de terra de várzea, no sítio da Garcia, freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do norte e sul António Gomes, nascente ribeira e poente José Martinho, que vai à praça por 550$00.

9.º

O direito a 1/2 de uma courela de terra de várzea, no dito sítio da Garcia, a confrontar do norte António Gomes, sul Joaquim da Palma e outros, nascente Francisco Romão e poente José Martinho, que vai à praça por 380$00.

10.º

O direito a 1/2 numa courela de terra no lugar da Corte da Quaresma, freguesia do Azinhal, concelho de Castro Marim, que confronta do norte herdeiros de Manuel Clemente, sul herdeiros de Manuel Francisco, nascente herdeiros de Domingos Madeira e poente herdeiros de José Pereira, que vai à praça por 246$00.

11.º

O direito ao usufruto que os executados têm numa courela de terra matosa no sítio da Corte António Martins — Cacela, desta comarca, a confrontar do nascente herdeiros de José Horta, sul barranco, nascente António Romão e outros e poente Joaquim Dias, cujo usufruto vai à praça por 444$00.

12.º

O direito ao usufruto numa courela de terra, no dito sítio da Corte António Martins, a que os executados têm direito, que confronta do norte Serafim Afonso, sul herdeiros de João Romão, nascente António Neves e poente Joaquim Dias, cujo usufruto vai à praça por 114$00.

Vila Real de Santo António, 12 de Fevereiro de 1975

VERIFIQUEI:

O Juiz de Direito,

(a) *Luís Flores Ribeiro*

O Escrivão de Direito,

(a) *Américo Guerreiro Correia*

Engenheiro Técnico (Civil e Minas)

Com larga experiência de Minas na Metrópole e Ultramar e com alguma experiência de C. Civil, falando Inglês, Francês e Português, procura emprego compatível. Resposta ao n.º 191/75 deste jornal.

PROPRIEDADES VENDEM-SE

Óptima situação, instalações modernas, estradas asfaltadas, água e luz, moradias e linda vista.

Resposta ao Apartado 48 — Vila Real de Santo António ou a este jornal ao n.º 169/75.

Liberdade, sim!

Mas não para os fascistas!

(Conclusão da 1.ª página)

tarda a verificar-se, não se sabe porque «artes de retardamento», que aflige tantos e tantos democratas que directa e indirectamente sofreram os horrores, as perseguições, os insultos e as torturas dos fascistas de todas as cores (oficiais e particulares...) durante o reinado de terror de Salazar, confirmado por Caetano.

Os famigerados serventes das criminosas P. V. D. E., depois P. I. D. E. e mais tarde (na «liberal» reforma caetanista), D. G. S., os nojentos bufos, que durante cerca de meio século tanto ajudaram a gestapo portuguesa na sua acção destruidora da pessoa humana e da família, continuam, na sua grande maioria, impunes. Sua colaboração activa nos crimes de lesa humanidade está ainda por pagar. Esses, e os outros elementos da sua laia, que orgulhosa e despoticamente se ufanavam de pertencer a organizações fascistas, como a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, a União Nacional (que Caetano «liberalizou» em A. N. P.), continuam a gozar de uma impunidade que espanta quem os conhece (e nem todos puderam e podem ser conhecidos, infelizmente). A meu ver, os bufos que colaboraram activamente com a gestapo portuguesa, deviam, devem, sofrer o castigo que merecem: a prisão e o julgamento pelo crime de participação activa durante a «longa noite de negridão» fascista, que tantas vítimas, tanta destruição de lares, tantos crimes, originou!

Porque, por muito menos que isso, eu sofri tortura, longos meses de «segredo», anos de prisão e de liberdade vigiada! E por insultos constantes à minha personalidade de homem, fui forçado, aos cinquenta anos, a exilar-me!

Bufos que muita gente conhece, continuam a passear livremente, em completa liberdade (nem sequer vigiada...) por muitas vilas e cidades do País, com todo o impudor e, mesmo, certa arrogância, convencidos que, se até agora não foram chamados a explicar-se sobre as suas nefandas actividades, é porque elas «perderam-se» do conhecimento dos que fizeram, e estão a reforçar, a Revolução do 25 de Abril.

Por minhas ideias de fraternidade, de liberdade, de democracia, sofri vexames e tortura e prisão, o desmantelamento do meu lar, a perseguição organizada e contínua. A tal ponto, que, como disse, me vi forçado ao exílio, exílio de longos anos, que só terminou com a corajosa e gloriosa revolução do 25 de Abril.

O que me aflige e me preocupa, agora, como democrata, é ver esses elementos, servidores dedicados do antigo regime ditatorial, vendilhões de consciência, continuarem a viver, espalhados nas grandes e pequenas cidades e vilas, como se nada tivessem tido de comum com os crimes de quase meio século de fascismo salazarista-caetanista! E, pior ainda, organizando-se, com reuniões baptizadas com os mais diversos nomes: (banquetes, jantares, etc.) e inscrevendo secretamente as ameaças a executar, no dia em que de novo possam tornar a desempenhar os seus antigos e «honrosos» lugares de «generais da bufaria»... Isto viu-se, nos dias que antecederam o 28 de Setembro, em que perpassou, pelo desejo de vinganças sanguíneas, uma hipotética imagem de um novo Chile... Era nesse momento que esses perniciosos elementos da liberdade e da democracia, se esfalfavam em pedir a «liberdade de se poderem organizar em partidos»! E a tal ponto, que organizaram o chamado «Partido Liberal», coio de bandidos e de armas, prontos para o crime, para o assassinato da liberdade, da democracia, dos democratas! Felizmente que o Povo vigilante e o M. F. A. puderam dar um fundo golpe nas forças reaccionárias e fascistas, desmantelando a tentativa de crime contra a Pátria e o Povo português!

Atrevemo-nos a perguntar porque tarda a aplicar-se o justo, e público, castigo a quem ajudou a prolongar o pesadelo da «noite de negridão» fascista que tantas vítimas causou? Para já, devia-se isolar os bufos conhecidos, vigiar seus movimentos, que podem ser conspirativos, e privá-los de direitos políticos por umas dezenas de anos, fazendo-lhes sentir a vergonha do uso que deram à sua personalidade (se é que a possuíam...) Mesmo uma medida desta natureza nada seria, em comparação com o mal que essa escumalha da sociedade fez ao País e ao Povo português!

Não me venham a dizer que estou atentando, com estas sugestões, que gostaria de transformar em pedido, contra a liberdade. Falar assim, fazer propostas desta natureza, eu, que sempre amei e defendi a Liberdade e a Democracia, pode parecer estranho e condenável. Mas não é.

Por amar a Liberdade, por ansiar preservá-la e defendê-la é que me atrevo a falar assim. Sou pela Liberdade, pela defesa da Liberdade. Mas não para os carrascos, mas não para os assassinos da Liberdade! Esses, ex-bufos e fascistas de todos os horizontes têm as mãos e a alma tintas de sangue inocente, de tanto a terem assassinado!

Paris, Outubro de 1974

Antero Vila Nova

Actualidades desportivas

FUTEBOL

Campeonatos Nacionais

comentários de João Leal

I DIVISÃO

Uma excelente partida futebolística foi proporcionada aos espectadores que encheram o Estádio de São Luís. A expectativa gerada em torno do encontro não foi gorada. No 1.º tempo, e de modo muito especial nos 35 minutos iniciais, o Farense foi a turma mais objectiva, apresentando o futebol mais acutilante e dando a Damas árduo trabalho. Pode bem dizer-se que o guardião «leonino» negou o êxito dos algarvios. Quer na toada atacante como no sector recuado, em que Almeida I pontificou, foi um bloco coeso a estrutura farense.

No segundo tempo, a formação lisboeta, mormente pela acção de Fraguito, veio mais acelerada e com maior movimentação, alcançando um golo logo de início. Mas o Farense ripostou, atingiu a igualdade, e teve o 2.º tento à vista, e quando tudo fazia crer que a justa igualdade prevalecesse, surgiu o golo do Sporting. Pelo equilíbrio da partida o nulo seria a expressão mais verídica.

Mais uma vez o Olhanense se pode queixar (a quem?) amargamente das arbitragens. Desta feita na Tapadinha a actuação do juiz setubalense José Marques foi de tal modo infeliz que constituiu o caso do jogo e «construiu» o resultado verificado. Futebol mais ligado e com melhor nível foi o dos algarvios. O empate seria já lisonjeiro para os homens de Alcântara. Mas veio aquele penalty, resultante de um remate à «queima-roupa» junto a Guaracy e com ele a vitória imerecida dos visitados. Depois seria ainda o maior castigo com aquele «fora de jogo» a Jesus arquitectado pelo fiscal de linha e com a reclamação e expulsão de Hélder.

II DIVISÃO

Mais uma vez o Portimonense traiu as previsões. Favoritos no prélio com o União de Leiria, os barlaventinos tiveram que «suar» para atingir a igualdade. O mau estado do terreno prejudicou seriamente os donos da casa. Por outro lado a arbitragem foi problema, a partir da validação do golo leiriense obtido em posição irregular.

III DIVISÃO

O Esperança ficou mais isolado no comando mercê, por um lado, do seu êxito no Barreiro e pelo resultado alcançado pelo Vasco da Gama (empate em Beja) e do Seixal (derrota em casa). Com uma vantagem de dois pontos sobre o 2.º classificado o onze de Lagos está bem encarreirado para a promoção.

Confirmando as previsões, Sambrazense e Lusitano arrecadaram merecidos triunfos, não obstante as dificuldades que conheceram. Expressiva a vitória que o Silves averbou sobre o Torralta.

JUNIORES

Pesada punição do Farense em Loures, onde perdeu por 4-0, ante uma formação com futebol muito apreciável.

Mais de 500 contos no Farense-Sporting

Grande enchente registou o Estádio de São Luís, no domingo, para o encontro Farense-Sporting. A receita de bilhetes vendidos atingiu os 420 contos, havendo a acrescentar a esta verba cerca de 100 contos referentes aos bilhetes de sócios, pois o domingo foi considerado «dia do clube».

Vítimas de acidentes de viação

Em Vale da Amoreira, na estrada que liga Faro a S. Brás de Alportel foi atropelado por um automóvel, que se pôs em fuga, o sr. Francisco Soares Pereira, de 48 anos, solteiro, trabalhador, natural de Castro Verde e residente no local da ocorrência, que seguia de bicicleta. Transportado ao hospital de Faro, chegou ali sem vida.

— Um autocarro da Empresa de Viação Algarve, conduzido pelo sr. Teófilo Fernando Fantasia Quintino, residente em Faro, atropelou na Fuseta, o sr. José Paiva Pereira, de 69 anos, casado, que morava naquela localidade. Muito traumatizado, foi levado ao hospital de Faro, onde faleceu poucas horas depois.

Exercícios de fogos reais na região da Quinta da Torre de Ares

O Centro de Instrução de Sargentos Milicianos de Infantaria, de Tavira, executa das 8 às 18,30 horas de 10 a 14 deste mês, um exercício de fogos reais com armas pesadas de Infantaria na área marítima costeira da Quinta da Torre de Ares, tendo os seguintes limites a região interditada das 7,30 às 19 horas dos referidos dias: a Leste, por uma linha que une o casario de Torre de Ares ao marco trignométrico do Barril-0; a Sul, por toda a zona da ilha compreendida entre o marco trignométrico do Barril-0 ao posto da Guarda Fiscal do Homem Nu; a Oeste, por uma linha que une o Posto da Guarda Fiscal do Homem Nu, posto da Guarda Fiscal de Torre de Ares e Ribeira da Luz; a Norte, por um caminho que corre quase paralelo à costa, desde a Ribeira da Luz até ao portão de entrada para a Quinta da Torre de Ares.

Qualquer engenho que eventualmente venha a ser encontrado na referida zona, após a execução dos fogos, não deve ser tocado mas sim sinalizado, comunicando-se o seu achado para aquele Centro, o mais rapidamente possível, a fim de com meios convenientes se proceder à sua destruição.

Sporting Olhanense e Saudade

Tendo como principal esteio Dâmaso da Encarnação «Cassiano», foi constituída a comissão orientadora do Sporting Olhanense e Saudade, da qual fazem parte os drs. Francisco Delfino e Francisco Abreu, Carlos Cativo, João Francisco «Janica», Cajuda Madeira, Rui Vicente, Manuel Poeira e Henrique Charrão.

Trespassa-se

Restaurante Zorba, excelente localização (junto ao aeroporto de Faro e imediações da praia de Faro). Bem apetrechado e com clientela.

Trata: telef. 25733 — FARO.

Afogamento na doca de Faro

Na madrugada do último sábado foi avistado na doca de Faro um cadáver a boiar. Alertadas as autoridades foi o mesmo conduzido para terra. Mercê de bilhete de identidade encontrado num dos bolsos, foi o cadáver identificado como sendo do sr. António Bernardo, de 55 anos, natural de Faro e residente no Montijo. Presume-se que o infeliz haja caído à doca no escuro da noite.

Câmara Municipal de Portimão

AVISO

Faz-se público que esta Câmara Municipal recebe propostas em carta fechada, até ao dia 11 de Março próximo, para prestação eventual de serviços, em tempo completo, por um «Engenheiro Técnico». As cartas devem indicar a retribuição pretendida, identificação do proposto e seu «curriculum vitae».

Portimão, 21 de Fevereiro de 1975

O Presidente da Comissão Administrativa,

Rogério Jorge Castelo

Portimão

Trespassa-se estação de lavagem de automóveis, bem localizada (Estrada da Rocha), dotada de boa maquinaria e muita clientela. Bom negócio.

Trata: telef. 25733 — FARO.

Vendem-se

Duas mesas de bilhar, tacos e taqueiras. Informa-se no Café Império, Telef. 87, Vila Real de Santo António

Conversação em Francês, Inglês ou Espanhol

Indivíduo de meia idade, de nacionalidade portuguesa, residindo em Vila Real de Santo António, com alguns conhecimentos, que não desejaria esquecer, de francês, inglês e espanhol, pretende integrar-se em pequeno grupo de residentes naquele concelho que também desejem praticar, conversando algumas horas por semana, em qualquer daqueles idiomas.

Em caso de interesse, é favor indicar nome, idade, endereço e idioma ou idiomas preferidos, ao n.º 166/75 deste jornal.

Vende-se

Apartamento SIROCO — Olhão, mobilado com roupas e louças. Resposta a J. Gouveia — Rua Simão Veiga, 5, 1.º Esq. — Santo António dos Cavaleiros — LOURES.

O JORNAL DO ALGARVE Vende-se, em Vila Real de Santo António, na Havaneza

Habitações Sociais

A Fábrica METAIS PRUMO, de BRAGA, está em boas condições de fornecer todos os metais a preços acessíveis para habitações sociais.

Material de 1.ª qualidade com Garantia.

Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Faro

AVISO

ABONO DE FAMÍLIA

MATRÍCULA EM CURSOS SUPERIORES

Tendo em atenção a impossibilidade verificada no corrente ano lectivo de dar cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do art.º 66.º do decreto n.º 45 266, de 23/9/73 e n.º 3 do art.º 52.º do Modelo Geral de Estatuto das Caixas de Previdência e Abono de Família (os beneficiários entregarão na Caixa até 31 de Dezembro, documento passado pelo estabelecimento de ensino secundário, médio ou superior, comprovando a matrícula no ano lectivo em curso), foi determinado por despacho de 22/1/75, de Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Social, a prorrogação do prazo de entrega dos certificados de matrícula até ao fim do mês seguinte àquele em que tal prazo vier a ser estabelecido pelos respectivos organismos.

No tocante ao certificado de matrícula nos primeiros anos dos cursos superiores, mais se determinou que o referido documento fosse substituído por uma declaração do beneficiário em como o estudante se encontra em condições de realizar a mencionada matrícula.

A COMISSÃO

A ELECTRO FABRIL, S.A.R.L.

Aviso convocatório

De conformidade com o § 1.º do artigo 17.º dos Estatutos, convoco para o dia 5 de Março de 1975, pelas 18 horas, na sua sede Rua Barão do Rio Zêzere n.º 1, a Assembleia Geral Ordinária desta Empresa.

ORDEM DOS TRABALHOS

1.º — Discutir e votar sobre o relatório e contas da gerência em 1974.

2.º — Deliberar sobre a execução do artigo 13.º dos Estatutos.

3.º — Eleger novos corpos gerentes.

Não se verificando nesta convocação número de capital para o legal funcionamento da Assembleia, fica esta desde já convocada para o dia 25 de Março de 1975, no mesmo local e à mesma hora, funcionando com qualquer número.

Vila Real de Santo António, 18 de Fevereiro de 1975

O Presidente da Assembleia Geral

Emílio Garcia Ramirez

Telegramas enviados à Presidência do Conselho de Ministros e Ministro dos Assuntos Sociais pelo Grémio do Comércio de Portimão:

Comissão Administrativa Grémio Comércio Portimão representando mil oitocentos associados apoia incondicionalmente assunto telegrama enviado por Associação Comercial Coimbra repudiando exagero contribuições Previdência pequenos médios comerciantes criadas Portaria oitocentos sessenta nove setenta quatro sem consulta prévia organismos representativos considerando atitude antidemocrática stop. Endereçamos respeitosos cumprimentos stop.

NEFELE - Companhia Industrial de Sienitos Nefelínicos, S. A. R. L.

Sede: Areias, Porches, Lagoa (Algarve)

Assembleia Geral Ordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco os Srs. Accionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária desta Sociedade na Avenida da República, 83-2.º, em Lisboa, no dia 20 de Março de 1975, pelas 11 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1974;

2.º — Proceder a eleições para os lugares vagos nos Corpos Sociais.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1975

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Eng.º Fernando Braz Pessoa Barreiros Cardoso

Cartório Notarial de Vila do Bispo

A cargo do notário Licenciado Manuel Bernardo Amarelo

HABILITAÇÃO

Certifico, narrativamente, para fins de publicação, que em 14 de Fevereiro de 1975, foi lavrada de folhas 60 v.º, a folhas 62, do livro de notas para escrituras diversas N.º B-19, deste Cartório, uma escritura de habilitação por óbito de MANUEL AGOSTINHO ALVES, falecido em 20 de Junho de 1973, na sede da freguesia de Barão de São Miguel, concelho de Vila do Bispo, onde residia habitualmente, natural da freguesia e concelho de Aljezur, no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e no regime da comunhão geral de bens com Leonor de Jesus da Luz e na qual foram declarados: herdeira da quota disponível de todos os seus bens a referida LEONOR DE JESUS DA LUZ, viúva, natural e residente habitualmente na sede da dita freguesia de Barão de São Miguel, e únicos herdeiros legitimários os seus pais Agostinho Alves e mulher Custódia Maria de Novais, naturais da dita freguesia de Aljezur, onde ele reside habitualmente no lugar da Igreja Nova, no estado de viúvo, sendo ela já falecida.

Está conforme o original e declara-se que na parte omitida nada há em contrário ou além do que na certidão se narra ou transcreve, o que certifico.

Vila do Bispo e Cartório Notarial, aos 14 de Fevereiro de 1975.

O Ajudante do Cartório,

José Vítor Leal Mateus

«O futebolista algarvio do ano»

Quem vencerá o «Troféu Brandy Casal Sereno»?

Entusiasmo e expectativa em redor deste certame organizado por *Jornal do Algarve*, com o patrocínio da firma Francisco Matias, de Torres Vedras.

Dois vila-realenses no comando da classificação é a primeira imagem que nos fornece o escrutínio desta semana, com a seguinte classificação: 1.º, Rafael Raimundo; 2.º, João Luís; 3.º, Almeida I.

Será que a Manuel Fernandes sucederá outro vila-realense na conquista do título «O futebolista algarvio do ano»? Uma expectativa que gera todo o clima de interesse em redor desta iniciativa.

Hoje voltamos a incluir novo cupão-voto, que deve ser preenchido, colado num postal e enviado a *Jornal do Algarve*, Apartado 12, Vila Real de Santo António.

TROFÉU «BRANDY CASAL SERENO»

«O FUTEBOLISTA ALGARVIO DO ANO»

Nome: _____

Clube: _____

Votante: _____

Endereço: _____

RESULTADOS DOS JOGOS

CAMPEONATOS NACIONAIS

I DIVISÃO

Farense, 1 — Sporting, 2
Atlético, 1 — Olhanense, 0

II DIVISÃO

Portimonense, 1 — Leiria, 1

III DIVISÃO

Luso, 1 — Esperança, 2
Sambrazense, 2 — Amora, 1
Silves, 4 — Torralta, 1
Lusitano, 2 — Caparica, 1

JUNIORES

Loures, 4 — Farense, 0

CAMPEONATO DISTRITAL

II TAÇA DE HONRA

Louletano, 4 — Tavirense, 0
Moncarap., 0 — Quarteirense, 2

JUNIORES

Esperança, 2 — Lagoa, 1
São Luís, 6 — Lusitano, 0
Tavirense, 3 — Sambrazense, 1

JUVENIS

Lagoa, 0 — Farense A, 2
Silves, 3 — Portimonense, 0
Esperança, 1 — Olhanense B, 0
Farense B, 0 — Olhanense A, 3
Moncarap., 1 — São Luís, 0
Louletano, 0 — Lusitano, 4

JOGOS PARA AMANHÃ

CAMPEONATOS NACIONAIS

I DIVISÃO

Olhanense-Tomar
Belenenses-Farense

II DIVISÃO

E. Portalegre-Portimonense

III DIVISÃO

Esperança-Sambrazense
Alcochetense-Silves
Torralta-Santiago
Odemirense-Lusitano

CAMPEONATO DISTRITAL

II TAÇA DE HONRA

Louletano-Quarteirense
Tavirense-Moncarapachense

JUNIORES

Silves-Esperança
Lagoa-São Luís
Lusitano-Tavirense
Sambrazense-Portimonense

JUVENIS

Portimonense-Olhanense A

INICIADOS

Louletano-Portimonense
Farense-Esperança
Tavirense-Olhanense
Fuseta-Moncarapachense

JORNAL do ALGARVE

IMPORTA REFORMAR OS CLUBES DE FUTEBOL

por J. Carlos Silvestre

No regime ditatorial derrubado pelo 25 de Abril, o desporto fazia parte da trilogia conhecida por futebol, Fátima e fado ou, abreviadamente, pelos três «efes». Nesta síntese lapidar, o engenho popular resumia o conceito estreito e alienatório em que era tido o Desporto, assim confundido com o futebol.

No regime deposto, o futebol era o espectáculo «ideal» para consumir os tempos livres dos portugueses, na medida precisa em que servia para afastar as massas da política. Na óptica fascista, os clubes de futebol substituíam, com vantagem, os partidos políticos que a Oposição Democrática teimava e lutava por ver instaurados no nosso País — o que efectivamente veio a acontecer logo após o 25 de Abril — em plena liberdade e legalidade. Assim, ao afastar ou pretender afastar o povo da política, o regime fascista visava um objectivo político: preservar a sua continuidade. Daí a protecção muito especial que dispensou ao espectáculo desportivo — ainda que à custa do futebol como fenómeno desportivo — bem patente na violência gerada entre atletas competidores (chamados «adversários»), no ódio entre adeptos, na corrupção de árbitros, na transformação dos atletas em mercadoria de preço cada vez mais exorbitante, na fanatização das massas pela cor clubista e pela vitória, etc., etc.

Na nova sociedade em que vivemos desde o 25 de Abril, reforçada pelo 28 de Setembro, importa repensar o futebol. É urgente purificá-lo, pô-lo ao serviço do vigor físico do nosso povo, aproximar os seus filhos em vez de os separar, contribuir para a saúde do corpo e do espírito dos portugueses, em suma, é urgente que ele passe a ter uma função social e popular.

É preciso dar corpo às ideias de doutrinadores tais como o prof. José Esteves, dr. Manuel Sérgio, etc. Há um livrinho, a «Função social do desporto», de José Marreiros, edição da Seara Nova, publicado há já muitos anos, cujas ideias têm hoje pleno cabimento e que se inserem dentro da óptica que vimos seguindo.

Achamos que aos clubes de futebol, pela possibilidade que têm de movimentar muita gente e, ainda, pelo património de que dispõem, competirá fazer a revolução de que o futebol e o desporto necessitam nesta altura. Há que abrir a discussão nos clubes; há que eleger direcções que estejam dispostas e mentalizadas a executar as reformas que conduzam a novas práticas mais concordes com o ideal desportivo e com a verdadeira função social e política do desporto. Há que fazer com que as pessoas pratiquem o desporto em vez de serem meros espectadores.

Achamos que as forças democráticas podem e devem contribuir para dinamizar este processo de saneamento do futebol e dos respectivos clubes.

Agenda dos Portos de Sotavento do Algarve

Com bom aspecto gráfico, saiu a edição de 1975 da Agenda dos Portos de Sotavento do Algarve, que inclui detalhada informação sobre marés, tabelas, horários de camionetas, automotoras e comboios, dados estatísticos e astronómicos e outros e insere em anexo os planos da doca de pesca de Vila Real de Santo António e dos portos de Faro e Olhão.

BRISAS do GUADIANA

LIXO, CÓLERA, ETC., ETC.

NA medida em que se aproxima o 12 de Abril, data indicada para a eleição da Assembleia Constituinte, aumenta o fervilhar político em Vila Real de Santo António, com os partidos em reuniões frequentes e enviando delegados a reuniões de outros níveis, fora do âmbito da vila; os agrupamentos de jovens procurando vincar personalidade através de iniciativas de vária ordem, e o sector feminino a diligenciar também uma actuação que se nos afigura plenamente ao alcance das suas possibilidades.

Todavia e dentro desta amplamente louvável actividade, aspectos há, em relação à vida local, que nos parece estarem a ser um pouco descurados, apesar da extraordinária premência de que se revestem, e para os quais nos permitimos daqui alertar a atenção não só dos membros dos partidos políticos, como das senhoras e dos grupos de jovens, convencido de que a boa vontade e o empenho de todos não tardarão a debruçar-se sobre tão transcendente matéria, de modo a que nela consigamos resultados positivos. Isto, claro está, sem que nos pareça de menosprezar ou de minimizar o muito que por todos vem sendo feito no sentido da politização própria e alheia.

Com efeito, tem-se procurado, mas não se tem encontrado, uma solução aceitável para o problema do derramamento de lixos provocado por cães e gatos nas ruas vila-realenses. Os veículos de recolha passam relativamente cedo, muitas donas de casa deixam os recipientes na véspera à noite, às portas e os cães e os gatos, naturalmente com fome, fazem o que lhes está mais indicado: atacam, por todas as formas que lhes são possíveis, as latas, baldes ou embrulhos, derrubam-nos ou destroçam-nos, e o resto é o que se vê, durante parte das noites e nas manhãs seguintes: porcaria a rodos em determinadas ruas e zonas, pese embora o zelo e boa vontade dos funcionários municipais encarregados de varrer e recolher os detritos. Há, na verdade, ruas cuja contemplação se transforma em autêntico pesadelo, com dezenas de recipientes tombados e o seu «recheio» espalhado por áreas apreciáveis, das quais nunca poderá depois ser removido em condições que se considerem satisfatórias para a limpeza e salubridade públicas.

Nova apreciação do assunto pelas autoridades camarárias de Vila Real de Santo António, levou a determinar que o lixo passasse a ser recolhido mais tarde, a uma hora suficientemente boa para evitar que os recipientes fossem deixados de véspera na rua, e não demasiado tardia, para obstar a que a recolha assumisse feição de «espectáculo» público, com quadros nem sempre agradáveis de presenciar e «cheiros» nem sempre próprios para qualquer olfacto.

Afigura-se-nos, porém, que essa determinação camarária não foi bem compreendida por grande parte da população ou, se o foi, há factores de peso a impedir a boa colaboração que, logicamente, seria de esperar de muitas donas (e donos) de casa vila-realenses. Isto porque vão a centenas as vazilhas de lixo ainda deixadas às portas, durante a noite, porque não há, ao recolhê-las, o mínimo cuidado em recolher também os restos que ficam junto e que os cães e gatos não aproveitaram e porque poucos se dão conta de que os funcionários municipais encarregados da recolha, apenas despejam nos veículos o lixo dos recipientes, ficando o resto para os funcionários encarregados de o varrer, com horários muito distanciados uns dos outros.

Ora, segundo alguns entendidos têm apontado na Imprensa, será de esperar que o tempo mais quente traga em breve a repetição de casos de cólera, nos locais onde as medidas de profilaxia e de higiene não estejam suficientemente divulgadas para o evitar. Este espalhafato das latas de lixo entornadas de noite ou de dia pelas ruas da Vila Pombalina, deixa-nos crer que há muita gente que ainda se não deu conta dos gravíssimos riscos que corre (e faz correr os outros), pelo que se tornaria aconselhável a divulgação, com carácter de urgência, das normas a seguir e a consequente chamada à ordem dos que, apesar de tudo, teimem em não dar mostras de se importarem com as questões da saúde própria e muito menos da dos outros.

Diremos ainda, a concluir, que nem sempre o trabalho de quem varre e recolhe o lixo pode ser considerado perfeito, e disso daremos um exemplo: na Avenida Prof. Egas Moniz à entrada da vila, andou um empregado camarário, durante dias, a fazer pequenos montes com o areão que encontrava e varria de ambos os lados daquela artéria. Fez uma série de montes e deixou-os no sítio onde os formara, quando seria aconselhável que, com a ajuda de um pequeno carro de mão, levasse o areão para outro lado. As chuvas que caíram dias depois espalharam parte do areão, que se tornou lodo e foi contribuir para que as sarjetas da área entupissem, vindo as poças da água da chuva a ser eliminadas apenas com a ajuda do sol e das rodas dos veículos que ali passam, pois as sarjetas não davam escoamento.

A pouca inclinação (correnteza) do sistema de esgotos da vila dá origem, por vezes, a entupimentos, frequentes em várias zonas, como por exemplo se verifica no lado a poente da Rua Conselheiro Frederico Ramirez. Com frequência vemos ali abertas covas que assim se mantêm durante semanas, e com um cheirete que incomoda não só os residentes como os passantes naquela área.

Urge, parece-nos, mentalizar aquela parte da população que procura eliminar todo o género de detritos utilizando os esgotos, de que não o deve fazer, criando-se também, na medida do possível, um sistema de fiscalização que leve a evitar alguns dos aspectos negativos antes apontados. J. M. P.

SEMPRE A SORTE
aos balcões da
Casa da Sorte
que vendeu a semana finda
MAIS 2 GRANDES PRÉMIOS
2 TERCEIROS PRÉMIOS
9 165 — 350 CONTOS

OS BANCOS COMERCIAIS E O PRECÁRIO ESTADO DE ALGUMAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

por Joaquim S. Piscarreta

NÃO é segredo que as pequenas e médias empresas vivem à custa de empréstimos dos bancos comerciais. Estes, pelo espírito de desconfiança que se vai acentuando de dia para dia, talvez pela confusão que alguns partidos políticos vêm estabelecendo quanto ao direito de propriedade, não só dificultam ao máximo novas operações de desconto, como vão praticando amortizações nas anteriormente autorizadas que constituem autêntica «ajuda» à ruína das empresas.

Para evitar protestos, chegam a autorizar-se renovações por 15 dias, o que implica, além dos encargos usuais de cada operação, nos juros e encargo da letra que, podendo ser válida por um ano, dará, em casos desta natureza, azo a 24 letras por ano, resultando em benefícios para o Estado, sem prejuízo para os bancos, mas em perigo iminente para as empresas, que se vão afundando quase sem darem por isso.

Ouve-se a cada instante que o Governo vai auxiliar as pequenas e médias empresas, afigurando-se que uma forma de o fazer, seria a permissão de, no período crítico que as mesmas atravessam, por aumento de despesas e diminuição de receitas, serem renovadas as operações, dentro do mínimo de 90 dias, apenas com o pagamento de juros, que bom seria não elevar mais.

Sem estas e outras facilidades, antevemos situação de ruína para muitas empresas, com manifesto prejuízo para as massas trabalhadoras que não querem ver que o equilíbrio entre patrões e operários é possível através do auxílio mútuo que uma vez desenvolvido, fará cessar os males da hora presente, filhos do egoísmo e ignorância de muita gente.

Sessão de dinamização cultural em Estoi

A COMISSÃO Dinamizadora Regional do Movimento das Forças Armadas na continuidade do seu programa de dinamização cultural e de esclarecimento das massas populacionais promoveu uma sessão em Estoi, que teve a presença de cerca de 900 pessoas interessadas no conhecimento das nossas realidades e dos problemas que se lhes colocam quer a nível local, como a âmbito nacional.

A abrir a sessão, actuou o Grupo Folclórico Infantil de Estoi, dirigido pelo prof. António Bica, que dançou e cantou alguns dos mais conhecidos números do folclore algarvio. No final, em nome do Rancho uma menina entregou um ramo de cravos aos representantes do M. F. A. como símbolo da revolução que restituiu o País ao povo.

Seguiu-se o esclarecimento político e a análise das aspirações desta vasta freguesia rural do concelho de Faro. Foram apontadas com objectividade as carências, em especial no sector de infra-estruturas urbanísticas e revelada a intenção e acção já desenvolvida pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro em relação às freguesias rurais e seus núcleos populacionais, noticiando-se um empréstimo de 2 500 contos para obras de águas e referindo-se o carácter prioritário da dotação de energia eléctrica aos meios rurais. Foi também feita ampla análise ao momento político português na consolidação da Democracia e apontada a importância do acto eleitoral e a responsabilidade de quantos vão votar.

Eis uma modalidade que vem da Alemanha e talvez possa alcançar adeptos entre os frequentadores das piscinas dos hotéis algarvios: o rugbi aquático é um bom treino para a natação. Os jogadores, ao contrário dos árbitros — que usam aparelhos respiratórios e por isso não precisam de um permanente controle debaixo da água — são providos apenas de pés-de-pato e viseiras, carecendo de ir constantemente à tona, para tomar ar. Joga-se o rugbi aquático — que conta cada vez maior número de adeptos — com uma bola cheia de água, que deverá ser atirada num cesto colocado no chão da piscina.

QUARTEIRA, presente!

SIMPLESMENTE DESMAZELO, OU TAMBÉM MÁ VONTADE?

PARA que o título que escolhemos, não seja entendido como exagerado ou tendencioso, tentaremos explicar pormenorizadamente a sua origem: a falta de autoridade em Quarteira, é verdadeiramente notória. Já em 1920, quando esta terra era apenas uma pequena povoação recentemente promovida a freguesia, existiu aqui um posto da G. N. R. Por razões que desconhecemos, este foi abolido. Anos depois, passou a ser feito o policiamento pela P. S. P. que deslocava para aqui uns quantos guardas durante a época balnear. Por alturas de 1950, essa modalidade deixou de existir, passando a G. N. R. de Loulé a fazer o policiamento ocasional, deslocando a esta Quarteira que é de longe maior do que muitas vilas, uma patrulha sempre que possível, sempre que há cinema, bailes ou coisa parecida.

Mas será que a ordem só precisa de ser mantida em locais de espectáculos, ou a presença naqueles das autoridades, verifica-se por ser paga? Se é essa a razão, queremos autoridade, nem que seja paga por subscrição pública.

Em 1964, nestas colunas, chamámos a atenção de quem de direito para a justeza desta necessidade. Daí para cá, tem sido pisar continuamente as mesmas teclas, por parte de várias pessoas e de muitos jornais. A Comissão Regional de Turismo, a Câmara Municipal de Loulé, a comissão da Junta de Freguesia local, têm lembrado por várias vezes, que em Quarteira se justifica plena e permanentemente um posto de polícia. Os roubos e actos de vandalismo, são provas mais do que suficientes para esta justa exigência. O que se passa, então? Será simplesmente desmazelo, ou também larga dose de má vontade?

O íntimo e a maneira de ser dos quarteirenses, ou dos que aqui vivem, não está em dúvida, nem pode ser posto em causa o seu comportamento. Estão em dúvida e em jogo os seus bens, os seus haveres e a sua dignidade de gente humilde.

É que por esta terra passam muitos estranhos que dada a falta de autoridades encontram aqui o ponto ideal para a prática do seu «ofício». Na madrugada do último carnaval, foi o assalto à ourivesaria Dinis, umas centenas de contos, em ouro, que voaram em poucos minutos, para destino incerto, deixando desfeito o presente e o futuro de um emigrante que durante largos anos, amealhou, sabe Deus com que sacrifício, uns cobres para, no seu País, dar continuidade à sua arte. E agora? Enxugar as lágrimas do desespero, como noutros tempos, terá enxugado o suor do sacrifício? O que poderá acontecer mais? Quantos mais estarão dispostos a escolher esta terra para nela se dedicarem a comércio?

Foram recentemente afixados editais, convidando as pessoas a desligar reclames internos e externos das montras, no sentido de uma poupança de energia, à escala nacional, proposta em Conselho de Ministros. Isto sem dúvida que será tanto de louvar, quanto é certo que o País tem toda a obrigação e necessidade de poupar. Mas os comerciantes de Quarteira, sem usar a mínima tendência de rebeldia, vêm-se levados a não poder acatar tal disposição. Realmente, dado o que se tem passado, mesmo com iluminação, sem esta e sem autoridade, seria o mesmo que expor todo o comércio nas mãos dos ratoneiros: a não ser que se formem vigílias populares durante a noite, para guarda à povoação.

Manuel Faria

O Recenseamento Eleitoral no Distrito

O DR. Luís Filipe Madeira, governador civil do Distrito, expressou público louvor, através de alvará, aos componentes das comissões de recenseamento que trabalharam na elaboração do recenseamento. É o seguinte o texto do alvará n.º 9/75:

«Considerando que é digna dos maiores encómios a forma dedicada e abnegada com que todos os componentes das Comissões de Recenseamento Eleitoral deste Distrito, contribuíram com um esforço que ultrapassou em muito o exigido pela lei, já de si considerável, para que a elaboração do recenseamento eleitoral se tivesse efectivado dentro dos prazos legais;

«Considerando que a atitude assumida por todos os seus membros demonstra por forma bem clara e patente o mais elevado espírito de civismo que os norteou na espinhosa e difícil tarefa de que foram incumbidos, que me apraz registar ter sido exercida com o maior zelo, competência e patriotismo;

«Hei por bem, com a certeza de que é de indeclinável justiça deixar aqui expresso o meu público louvor a todos os cidadãos que nelas participaram no exercício dessas funções, e, na minha qualidade de representante do Governo neste Distrito, agradecer muito reconhecidamente toda a boa colaboração que se dignaram prestar na execução desse acto basilar para a construção da Democracia em Portugal, apontando-os como exemplo das virtudes de trabalho e do espírito de sacrifício que a construção do País renovado em liberdade e justiça exige de todos os portugueses.»

Também o chefe do Distrito dirigiu ofícios aos corpos administrativos e Caixa de Previdência do Distrito, louvando os respectivos funcionários pela colaboração prestada na elaboração dos cadernos eleitorais para a Assembleia Constituinte.

TINTALUSA...
...É tudo tinta!
Agente distribuidor para Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António
Eduardo Nelson Sousa
Estrada de Quelfes, 3-B — Telefone 72918 — Olhão

SHELL
José Guerreiro Neto & F.º, Lda.
SE PRETENDE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA O SEU PROBLEMA
— IMPERMEABILIZAÇÕES:
COBERTURAS, PAREDES, FUNDAÇÕES, DEPÓSITOS, ETC.
— PAVIMENTOS INDUSTRIAIS E PECUÁRIOS
— ISOLAMENTOS TÉRMICOS:
CÂMARAS FRIGORÍFICAS, COBERTURAS, ETC.
UMA EQUIPA DE PESSOAL ESPECIALIZADO ENCONTRAR-SE-Á AO SEU DISPOR
ESCRITÓRIO: R. PADRE ANTÓNIO VIEIRA—LOULÉ
TELEF. 6 22 83

DOCES REGIONAIS DO ALGARVE: O melhor sortido encontram V. Ex.as na CASA AMÉLIA TAQUELIM GONÇALVES (CASA DOS DOCES REGIONAIS), Rua da Porta de Portugal, 27 — Telefone 6 22 82 — Lagos — Remessas para todo o País